

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**AS LUTAS OPERÁRIAS NA FRONTEIRA:
A CHACINA DOS QUATRO “AS”
(LIVRAMENTO / RS –1950)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ONEIDER VARGAS DE SOUZA

SANTA MARIA / RS

2014

**AS LUTAS OPERÁRIAS NA FRONTEIRA:
A CHACINA DOS QUATRO “AS”
(LIVRAMENTO / RS – 1950)**

Oneider Vargas de Souza

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em História, Área de Concentração História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção de grau de **mestre em História**.

Orientador: Prof. Dr. Vitor Otávio Fernandes Biasoli

Co-orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad

Santa Maria / RS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA

**A comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**AS LUTAS OPERÁRIAS NA FRONTEIRA:
A CHACINA DOS QUATRO “AS”
(LIVRAMENTO / RS – 1950)**

Elaborado por
Oneider Vargas de Souza

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História
COMISSÃO EXAMINDORA:

Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr.

Diorge Alceno Konrad, Dr.

Leonardo Guedes Henn, Dr.

Beatriz Teixeira Weber, Dra.

Santa Maria, 17 de julho de 2014

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ao corpo de professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, especialmente aqueles vinculados ao curso de Mestrado em História, Poder e Cultura, cuja linha de pesquisa Migrações e Trabalho permitiram a elaboração intelectual e a ampla liberdade na discussão de temas que propiciaram a nós, seus alunos, um clima de amizade e crescimento acadêmico.

Ao meu orientador, professor Vitor Biasoli, reconhecimentos pelo apoio recebido. Ao meu co-orientador, Diorge Konrad, da mesma forma, agradeço pela confiança, por ter acreditado em um tema tão polêmico, utilizado como dissertação.

Um agradecimento muito especial à professora Beatriz Loner, por sua boa vontade demonstrada durante a discussão do tema, acompanhada de sugestões enriquecedoras para o desenvolvimento do mesmo.

Agradeço aos velhos companheiros comunistas que, durante anos, guardaram e dispuseram-se a auxiliar na procura de documentos e, também, no acesso à pesquisa dos materiais partidários.

Entre as constantes viagens que realizei entre Livramento e Santa Maria, encontrei muitos amigos e colegas que me acolheram com grande espírito de solidariedade. Meu agradecimento é extensivo a todos.

Nas circunstâncias que foi realizado este trabalho, com a dificuldade de encontrar documentos e a ausência de um centro documental da classe operária no Rio Grande do Sul, este trabalho teria sido impossível sem a boa vontade do pessoal responsável pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e sua disposição em auxiliar na reprodução dos documentos.

Obviamente, o trabalho deverá ter um prosseguimento, na medida em que mais pesquisadores o utilizem como referência, não só como episódio isolado, mas como parte da história política social e da participação da classe operária nos períodos da vida republicana brasileira.

“Um deles – assim lhe haviam explicado em Porto Alegre – devia a vida a um camarada do Partido e por isso se prestava, por vezes, transportar um ou outro companheiro ilegal pelos caminhos só conhecidos dos contrabandistas. A fronteira de Santana do Livramento e Rivera, a mais fácil – uma rua como outra qualquer entre as duas cidades – estava impossível, um verdadeiro exército de policiais a guardava naqueles dias precursores do golpe fascista.” (Jorge Amado, em *Os subterrâneos da liberdade*, tomo I - Os ásperos tempos).

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado procurou trabalhar a atuação histórica da classe operária na fronteira do Rio Grande do Sul, Brasil, com o Uruguai, especificamente, na cidade de Santana de Livramento. Em setembro de 1950, no contexto das eleições para Presidente da República, ocorreu um episódio dramático na cidade de Livramento – mais especificamente, no Parque Internacional, limítrofe com Rivera, cidade uruguaia. O Partido Comunista estava na ilegalidade e na clandestinidade e a polícia avisara que não permitiria a atuação de seus militantes – mais claramente, a pichação de nomes de candidatos defendidos pelo PCB. Um grupo de comunistas, no entanto, decide fazer pichações na cidade e é reprimido. A forma de repressão se dá com uso de armas de fogo e quatro militantes são mortos. O presente trabalho visou analisar as lutas operárias e comunistas em Livramento, tomando esse episódio ocorrido na cidade, em setembro de 1950, como emblemático da luta social e política no período. O trabalho tratou da relação entre a atividade sindical dos grevistas do frigorífico Armour e a chacina destes operários, já como militantes do PCB, em 1950, no Parque Internacional. A política anticomunista do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e o seu alinhamento com a Doutrina Truman, defendida pelos Estados Unidos, são vertentes importantes para a explicação da conjuntura vivida pelos comunistas gaúchos no ano de 1950. O episódio da morte dos comunistas ficou conhecido como “A chacina dos quatro As”, pois os quatro comunistas mortos tinham seus nomes iniciados com a letra “A”: Ari, Abdias, Aladim e Aristides.

Palavras-chave: Chacina dos 4 As; Operários Comunistas; Mundo do Trabalho; Santana do Livramento.

ABSTRACT

The purpose of this master dissertation is to highlight the historical role of the working class on the border of Rio Grande do Sul and Uruguay, specifically in the town of Santana do Livramento. In September 1950, in the context of elections for president, there was a dramatic episode in the town of Livramento - more specifically, at International Park, in the border with Rivera, Uruguayan city. The Communist Party was in illegality and in clandestinity and the police had warned them that they would not allowed actions of its militants - more clearly, they would not allowed to graffiti the candidates' names defended by the PCB. A group of communists, however, has decided to do some graffiti in the city and it is repressed. The form of repression occurs with the use of firearms and four militants were killed. This study aims to analyze the workers' struggle and the communists in Livramento, taking this episode, occurred in the city in September 1950, as emblematic of social and political struggle in the period. This paper focuses on the relationship between the union activities of the strikers from Armour's frigorific and the slaughter of these workers, as activists from PCB in 1950, at International Park. The anticommunist policy of President Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) and its alignment with the Truman Doctrine, defended by the United States, are important for explaining the circumstances experienced by the gauchos Communists in 1950. The episode of the death of the communists was known as "The Slaughter of the four A's", because the four dead communists had their names started with the letter "A": Ari, Abdias, Aladdin and Aristides.

Keywords: The Massacre of 4 A's; Communist Workers; World of Work; Santana do Livramento.

LISTA DE SIGLAS

ANL – Aliança Nacional Libertadora.

CC – Comitê Central.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CNOP – Comissão Nacional de Organização Partidária.

DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social.

DSN – Doutrina de Segurança Nacional.

ESG - Escola Superior de Guerra.

FAB – Força Aérea Brasileira.

FDLN – Frente Democrática de Libertação Nacional.

FORGS – Federação Operária do Rio Grande do Sul.

IC – Internacional Comunista.

KOMINFORM – Birô de informações do Comitê Comunista Internacional.

MUT – Movimento Unificador dos Trabalhadores.

PCB – Partido Comunista do Brasil.

PCUS – Partido Comunista da União Soviética.

PR – Partido Republicano.

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense.

PSD – Partido Social Democrático.

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro.

PST – Partido Social Trabalhista.

UDN – União Democrática Nacional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 - LIVRAMENTO E OS FRIGORÍFICOS: ABORDAGEM SOBRE O IMPERIALISMO.....	13
1.1 - Breve Histórico: a Formação da Classe Operária em Santana do Livramento.....	22
1.2 Armour e Wilson: as Transnacionais da Carne.....	24
2 – A CONJUNTURA DA DÉCADA DE 1940.....	31
2.1 O Estado Novo, o Governo Dutra e a Chamada Guerra Fria.....	31
2.2 A República Democrática Liberal e a Repressão de Dutra.....	34
2.3 Autocrítica ao “Manifesto de Agosto”.....	48
2.4 As Greves e o Retorno da Repressão.....	49
3 - A Chacina dos 4 As.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS	78
ANEXOS.....	86

INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História, nível de mestrado, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), visando identificar aspectos da História da classe operária e do Partido Comunista do Brasil (PCB) em Santana do Livramento, Rio Grande do Sul. O objetivo será traçar uma relação entre a atividade sindical dos grevistas do frigorífico Armour e a chacina destes operários já como militantes do PCB em 1950 no Parque Internacional, na cidade de Santana do Livramento, relacionando a atividade sindical e a militância no Partido Comunista dos trabalhadores que atuavam nas charqueadas e frigoríficos instalados na região da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai.

Apesar de serem uma significativa contribuição para a História operária brasileira, os trabalhos realizados ainda constituem “ilhas de informação” à espera da construção de algumas “pontes” que as integrem, quando for o caso, em um único processo. Embora não possuindo ainda uma acumulação analítica destas partes, o trabalho procura romper com as visões localistas, no caso, os trabalhadores dos frigoríficos de Livramento, suas lutas sindicais e o episódio da chacina.

As fontes iconográficas, amparadas pelos Autos do Processo Crime, nos auxiliam a ter um suporte de fontes oficiais, acompanhadas das fontes orais de indivíduos remanescentes do fato estudado.

Sobre a utilização de fontes jornalísticas, ao ler os periódicos, *A Platéia*, *Folha Popular* (ambas de Livramento), *Correio do Povo*, *Tribuna Gaúcha*, *O Tempo* (Rio Grande - RS) e o *Diário de Notícias* (RJ), tomou-se o cuidado de considerar a defasagem que possa ter existido entre a formulação do discurso escrito no periódico e sua relação com nossa própria experiência de leitura.

Segundo ELMIR (1995, p. 21), é necessário ter em vista as armadilhas do jornal de época, considerando, metodologicamente, o seu uso para a pesquisa histórica. As respostas mostrar-se-ão, muitas vezes, nas entrelinhas, o que exige um roteiro de outras perguntas, tais como:

Qual o contexto em que foram elaborados os textos? O que os mesmos destacavam e o que omitiam? Que tipo de julgamento era realizado? Sobre o quê? Por trás de questões

semelhantes a essas, procura-se desvendar a importância e os significados que melhor elucidem o episódio estudado, isto é, a “Chacina dos 4 As”.

O material jornalístico é pensado, assim, não como um conjunto de informações válidas por si mesmas, mas como representações que lutavam para impor-se frente a outras, seja por imposições ideológicas, colocadas por uma conjuntura de clara hegemonia anticomunista ou de criminalização das atividades sindicais. Ao mesmo tempo em que a imprensa dava vazão a um determinado discurso criador de significados, também se encontrava atrelada ao que representava. (ELMIR, 1995, p. 21)

Difícilmente se sustenta uma pesquisa maior que um ensaio com um único tipo de fonte documental. Fazem-se necessárias muitas mediações. No caso desse trabalho, constituem-se como fontes os jornais citados acima, além de entrevistas com sobreviventes da chacina e, bem como referências bibliográficas e os Autos do Processo, os anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e, também, documentos do PCB.

Para alcançar seu objetivo, este trabalho toma como episódio central a chamada “Chacina dos 4 As” – Ari Kulmann, Abdias Rocha, Aladim Rosales e Aristides Correa Leite, quatro militantes comunistas do PCB, no Parque Internacional, na divisa entre as cidades Livramento e Rivera, em 24 de setembro de 1950. A eliminação física desses trabalhadores e militantes do Partido Comunista se alinha a outro episódio do período – a morte de quatro trabalhadores na cidade de Rio Grande¹, durante uma passeata de 1º de maio de 1950 e indica o modo como a polícia política brasileira da época enfrentava os militantes comunistas e os movimentos políticos e sociais de oposição.

O estudo pretende focar o movimento operário, tomando como foco os trabalhadores da cidade de Santana do Livramento, pólo de charqueadas e frigoríficos, e relativizar a democracia liberal então instalada no Brasil entre 1945 e 1964. Marcado pela conjuntura internacional da chamada Guerra Fria, este período da Formação Social Brasileira (chamado de República Democrática Liberal ou de Período Democrático) abrigou o crescimento do PCB como movimento de massas e sua significativa influência política e cultural, mas também colocou uma série de desafios ao Partido, inclusive, a ilegalidade e a clandestinidade (a partir de 1947), assim como na repressão física de seus militantes e, em alguns casos, na morte.

Para dar conta desta temática e problemática, esta dissertação apresentará três capítulos. No capítulo 1 serão apresentadas as linhas gerais de surgimento do município de

¹ Ver SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. *Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2009.

Santana do Livramento, das primeiras charqueadas e da instalação dos frigoríficos inglês e norte-americano, bem como a composição da classe trabalhadora no Município, além das primeiras agremiações operárias e seus jornais e o surgimento do PCB, tendo como eixo a abordagem sobre a ação do imperialismo na região.

No capítulo 2 será abordada a conjuntura nacional e internacional da década de 1940, com o fim do Estado Novo e a implantação da chamada República Democrática Liberal e do Governo Eurico Gaspar Dutra (1946-51), no contexto da chamada Guerra Fria, assim como a repressão ao movimento operário e ao Partido Comunista, a ilegalidade do PCB, em 1947, a clandestinidade e radicalização tática com o Manifesto de 1948, diante do surgimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e a fundação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949.

Por fim, no último capítulo, será abordada a tragédia da Linha do Parque – a Chacina dos 4 As, descrito a partir do processo judicial, relacionando-a com a morte de quatro integrantes da passeata de 1º de Maio de 1950, na cidade de Rio Grande, articulando os episódios de repressão com a conjuntura nacional e internacional. O fato dos trabalhadores mortos atuarem em empresa estrangeira que exportava carne para os soldados norte-americanos que lutavam na Guerra da Coreia dá um tom internacional para esse episódio de brutalidade localizada em quadro de militância clandestina do PCB como ameaça ao governo Dutra, uma demonstração da incapacidade da democracia liberal brasileira em lidar com o protesto anticapitalista do movimento operário comunista.

1 - LIVRAMENTO E OS FRIGORÍFICOS: ABORDAGEM SOBRE O IMPERIALISMO

A região da campanha do Rio Grande Sul é, tradicionalmente, caracterizada pela pecuária e dominada por grandes propriedades rurais. O estabelecimento desse sistema fundiário vem dos primórdios da formação socioeconômica sul-rio-grandense e se consolida no século XIX, com a predominância da atividade pastoril. Nos séculos XIX e até meados do XX, a criação de gado bovino está voltada para a produção de charque e, a partir do final da década de 1910, para “as carnes conservadas pelo frio” também.

Entre os anos de 1820 e 1880, as charqueadas se localizam na região de Pelotas e, a partir do final do século XIX, se estendem pela região da campanha, ao longo da fronteira com o Uruguai. A partir da década de 1910, começam a se estabelecer frigoríficos estrangeiros.

A dinâmica econômica da campanha está vinculada tanto ao porto de Rio Grande (Brasil), quanto ao de Montevideu (Uruguai), para o escoamento da produção. Em 1911, Livramento é o primeiro centro de abate no estado (com quatro grandes saladeiros), seguido por Bagé.

Nas primeiras décadas do século XX, concomitante às tentativas da classe dominante gaúcha em “promover internamente a pecuária em termos capitalistas”, dá-se o ingresso de frigoríficos estrangeiros no Brasil (PESAVENTO, 1980, p. 124). Em fevereiro de 1917, a Companhia Armour – com sede em Chicago (EUA) e já com estabelecimentos na Argentina e Uruguai, compra a Charqueada Santana, em Livramento, e começa a operar no mesmo ano. Entre 1918 e 1919, fabrica carne conservada. Em 1920, passa a exportar carne congelada. O estabelecimento industrial se torna conhecido como Frigorífico Livramento ou Armour.

Em 1918, a Companhia Wilson (EUA) adquire a Charqueada da Sociedade Industrial e Pastoril, também em Livramento, e logo começa a exportar “carnes conservadas pelo frio” (MARQUES, 1987, p. 247-8).

Segundo Del Roio (2004, p. 115-132), ao analisar a produção teórica de Octávio Brandão, o PCB entendia existir uma disputa interimperialista no Brasil, travada entre Inglaterra e Estados Unidos, e um vínculo crescente entre os interesses da emergente burguesia industrial brasileira e o imperialismo norte-americano. No entanto, a economia agrário-exportadora mantinha-se subordinada aos bancos ingleses.

Nesta abordagem sobre o imperialismo, serão utilizados autores considerados contemporâneos, que tratam sobre o tema, como David Harvey e Paulo Vicentini. Harvey se propõe a abordar o tema em seu livro *O novo imperialismo*, publicado pela primeira vez no Brasil, em 2003. No bojo de uma vasta discussão sobre como se modificou o imperialismo a partir da hegemonia dos EUA, sua base de argumentação parte de uma contextualização do antigo imperialismo exercido pelas grandes potências europeias que exerciam seu domínio a partir de uma histórica luta de base territorial, ou seja, ocupação e domínio sobre o território. Assim, avalia que o declínio do império inglês, iniciado no pós-Primeira Guerra, cedeu ao poder global dos EUA, sendo que essas novas condições possibilitaram uma nova fase de dominação, baseada não apenas na transferência de capitais. Segundo o autor,

A partir daí, começou a se configurar uma nova forma de imperialismo. O que o imperialismo atual mostra de novo é, pois, que nele predomina tipicamente a lógica capitalista, embora haja momentos em que a lógica territorial venha para o primeiro plano (HARVEY, 2005, p. 36).

Seguindo essa análise, os EUA saíram da Segunda Guerra Mundial como líder de tecnologia e de produção global. A configuração atual do império exhibe novas qualidades, transformando-se, pois, em uma nova ordem global, na qual a soberania é exercida por uma série de organismos nacionais e supranacionais que se unem por uma regra única. Apesar de criticarem tal abordagem, muitos autores da esquerda começaram a reconhecer que o processo de globalização inaugurou uma conjuntura inédita, que pressupõe um novo quadro de análise.

Nessa linha de abordagem, Maria de Lourdes Janotti, ao tratar sobre o imperialismo na América Latina, afirma que, diferente da África e da Ásia, onde a colonização ocorreu com invasão militar sua presença imperialista na América Latina acontecerá na maioria dos casos sem o uso de forças militares. De acordo com a historiadora,

Eram exportações de capitais para esta região que transformavam aquelas economias em dependentes das economias europeias. As economias latino-americanas eram especializadas na produção e exportação de artigos primários e importavam produtos industrializados, contraindo empréstimos para construção de suas infraestruturas, mesmo com a mudança para o padrão Norte Americano, a lógica continuava a mesma (JANOTTI, 1992, p. 31-32).

Entre os autores mais contemporâneos que tratam sobre o imperialismo, não encontramos unanimidade quanto a um mesmo enfoque sobre o tema, Paulo Vicentini, por exemplo, questiona-se a respeito do imperialismo ainda ser um instrumento teórico indispensável para compreensão das relações de poder no espaço mundial. Em sua obra *A globalização e as novas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento*, o autor indaga sobre como adequar ou rever essa teoria do imperialismo, considerando a globalização e as novas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento.

Quanto a essas questões levantadas por esses autores, preferimos confrontá-las com os trabalhos teóricos não tão recentes, que lançam luz a uma contradição fundamental ocorrida, principalmente, no pós-Primeira Guerra Mundial, que foi a substituição da hegemonia inglesa pela norte-americana.

Segundo Sodré, importantes modificações estavam ocorrendo na economia e na política brasileira no período do Movimento de 1930, pois

O declínio das oligarquias denunciava a presença de novas forças no cenário brasileiro. A estrutura econômica já não encontrava correspondência na estrutura política, inadequada e obsoleta, vivendo por inércia, em seus processos e tendo de valer-se agora de recursos diversos pra assegurar a sua continuação. Quando termina a primeira Guerra Mundial, a presença de novas forças é de uma clareza inequívoca. No quadro externo, por outro lado, as consequências do largo conflito, ou os acontecimentos que se seguiram ao seu fim, foram importantes e refletiram-se em todos os cantos do mundo. O mais grave daqueles acontecimentos foi, sem dúvida, o aparecimento de uma área socialista, com a revolução de 1917 na Rússia (SODRÉ, 1976, p. 360).

Pode-se constatar, a partir do estudo de Sodré, que a ação do imperialismo aprofunda sua variação, desde então. O esforço econômico para derrotar a Alemanha e seus aliados levará o imperialismo a uma nova fase, quando os Estados Unidos assumem uma posição de superioridade absoluta sobre todos os outros países que haviam atingido aquela etapa do desenvolvimento capitalista.

Em todas as áreas mundiais nas quais o imperialismo aplicava o seu sistema que retirava proveitos, acelerava-se a substituição de capitais ingleses, franceses, holandeses e alemães por capitais norte-americanos. O Brasil será uma dessas áreas.

O sistema econômico internacional, sob o imperialismo Britânico, do século XIX, estava baseado na divisão internacional do trabalho, na qual a Inglaterra especializava-se na

produção manufatureira, que era o centro dinâmico de geração de tecnologia mais avançada da época, enquanto os outros países se especializavam no fornecimento de produtos e insumos demandados pelos ingleses. O sistema imperialista norte-americano logo resulta da atuação internacional das grandes empresas norte-americanas, que levaram os EUA a assumir um papel estratégico no mundo com sua moeda assumindo um fator estabilizador das economias nacionais (FURTADO, 1978, p. 64-78).

A inserção internacional do Brasil, entretanto, enfrentava, sob a hegemonia inglesa, um problema crônico de “restrição externa”, relacionado ao seu balanço de pagamentos.

Até os anos 1930, o crescimento do país só foi possível graças à complementaridade entre a economia brasileira e a economia mundial, sobretudo à sua integração com as finanças inglesas, o que permitia ao Brasil, principalmente durante os ciclos recessivos, o financiamento externo indispensável para evitar crises mais agudas no balanço de pagamento.

Entretanto, com a substituição da Inglaterra pelos EUA, como centro cíclico principal da economia capitalista, essas condições externas favoráveis aos países periféricos, deixaram de existir. O coeficiente de importação da economia norte-americana era muito baixo e sua pauta exportador-importadora, não era complementar, e sim, competitiva com relação aos países da periferia sul-americana.

Sem posição relevante na chamada Guerra Fria, ainda sim, o Brasil foi colocado na condição de parceiro privilegiado dos EUA, dentro dessa órbita da América do Sul, tornando-se um laboratório experimental de desenvolvimento (FIORI, 2001, p. 26).

A inserção do Brasil no modo de produção capitalista mundial dar-se-á na condição de produtor especializado em artigos coloniais, que eram trocados pelos manufaturados ingleses. O período que se inicia marca o fim da hegemonia britânica no campo mundial da produção industrial, cedendo espaço em função do crescimento do poder dos EUA e da Alemanha e o consequente acirramento entre as potências imperialistas, que culminam com a Primeira Guerra Mundial (SINGER, 1982, p. 348).

As inversões privadas e o capital inglês destinavam-se a financiara não apenas as realizações do governo brasileiro, mas também, e principalmente, a construção de estradas de ferros, chegando a controlar mais de 25% de toda a malha ferroviária brasileira.

Até 1918, a disputa pela hegemonia na economia capitalista mundial entre a Inglaterra e as nações que iam completando os seus ciclos de industrialização, como EUA e Alemanha, estaria resolvida em favor desses últimos. A partir de 1930, o Brasil troca o modelo de

desenvolvimento de base primária-exportadora para o modelo de “substituição de importações”.

O modelo de industrialização com base na substituição de importações, contudo, começava a sofrer a influência da nova ordenação econômica mundial que tomava forma com o início da chamada Guerra Fria, em 1946, logo após o segundo grande conflito mundial.

Um dos maiores problemas provocados pelo capitalismo monopolista, no pós-guerra, será o desperdício de recursos humanos, refletindo-se na relação entre o capital e o homem que se representa unicamente como força de trabalho, um fator de “produção” e não a sua dimensão ontológica, espinha dorsal de qualquer projeto do desenvolvimento. Analisando-se essa questão em termos nacionais, define-se uma divisão internacional do trabalho, na década dos anos 40, em que os países periféricos do pós-guerra passam a ser considerados como fontes de mão de obra abundante e barata, sem consciência de classe, tudo de acordo com o ideário liberal do fordismo tropical, uma variante do fordismo primeiro mundista. Daí o desinteresse relativo em formar cidadãos e qualificar mão de obra nos países periféricos (SINGER, 1982, p. 365-367).

Ao analisar as disputas entre as nações imperialistas do século XX, torna-se conveniente fazer referência a um dos mais profundos estudiosos do desenvolvimento capitalista e, por consequência, do imperialismo, trata-se de Lênin.

Lênin analisou como, no início do século XX, os principais mercados mundiais estavam rigorosamente repartidos entre um pequeno número de monopólios, a exemplo da indústria elétrica, dividida entre AGE Alemã e a General Eletric norte-americana. Chamava a atenção, porém, que não se tratava de uma situação imutável, pois, segundo o autor, uma nova “partilha” do mundo poderia ocorrer desde que se modificasse a correlação de forças entre os grupos monopolistas, provocada pelo desenvolvimento desigual, inerente ao capitalismo, por guerras ou falências. Para ele, o problema da partilha do mundo e o caminho que essa partilha segue, hoje pacífico, amanhã não pacífico, é uma questão inerente ao capitalismo imperialista. Assim, segundo o líder revolucionário,

Se os capitalistas partilham o mundo, tal sucede não em virtude de sua particular maldade, mas por que o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros, e partilham-no proporcionalmente aos capitais, segundo as forças de cada um (2013, p. 31).

No princípio do século XX, o mundo estava, pela primeira vez, inteiramente dividido entre as principais potências imperialistas. Lênin salientou o fato fundamental de que não havia mais “território sem dono” e que uma nova partilha do mundo somente seria possível por uma redistribuição do que já estava dividido. Essa disputa permanente pela partilha do mundo entre os diversos setores do capital financeiro é que está na raiz dos conflitos mundiais e regionais (2013 p. 42).

Lênin considerará que se deve ter em conta não só os conceitos fundamentais puramente econômicos nos quais se limita a definição de que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo, mas também o lugar histórico que esta fase ocupa relativamente no capitalismo. As tendências fundamentais do movimento operário estarão equivocadas ao conceber o imperialismo como uma política alheia ao sistema capitalista. Lênin se pronuncia decisivamente contra as ideias fundamentais expostas por Karl Kautsky, que declarava que por imperialismo se deveria entender não como uma “fase” ou um grau da economia, mas como uma política determinada, questionava que a referida “política” preferida pelo capital financeiro, nada mais é do que o próprio capitalismo em sua fase superior.

Lênin reconhecia que o imperialismo era intrínseco ao capitalismo em todas as suas fases, assim também como existia já antes do capitalismo. O fundamento econômico-social e a peculiaridade do imperialismo capitalista estão na concentração da produção em grandes unidades técnico-produtivas (grande indústria) que promove a socialização do processo produtivo e concentração, também, da força de trabalho assalariada (DEL ROIO, 1998, p. 131).

O período situado entre o final do século XIX e o início do século XX é considerado pelos autores marxistas como o início da fase imperialista do capitalismo, o que foi caracterizado por Lênin como “a fase superior e última do capitalismo”. A partir deste momento histórico, as teorias liberais, até então hegemônicas, passam a ser questionadas, já que as ilusões sobre “concorrência perfeita”, “laissez-faire” e a crença na imunidade do capitalismo às crises eram derrubadas pela própria realidade.

O capitalismo, sob a sua fase imperialista, assume uma nova face em que se formam monopólios que passam a prevalecer sobre a livre concorrência e a dominar a economia mundial. Em decorrência do desenvolvimento dos monopólios, ocorre a concentração e a centralização do capital nas mãos de poucos conglomerados capitalistas. Não é difícil perceber que toda essa mudança que se opera no capitalismo mundial acaba por acentuar ainda mais as desigualdades entre os países capitalistas, numa luta desenfreada por mercados,

matérias-primas e colônias. Inglaterra, França, Alemanha e Rússia disputavam regiões inteiras da África e Ásia. Além disso, pode-se destacar a concorrência entre a Inglaterra e os Estados Unidos pela hegemonia econômica sobre a América Latina (MANFRED, 1977, p. 457).

Entre os principais conflitos ocorridos no período, o mais significativo e representativo é a eclosão da Primeira Guerra Mundial. É a partir deste desenvolvimento imperialista e mais precisamente após o seu final, que a Grã-Bretanha, até então o centro industrial do mundo, perde espaço para os EUA que emerge como a nova grande potência industrial.

Fica claro entender, por sua vez, que o regime assalariado é a relação de trabalho mais adequada ao capitalismo, pois, segundo Cattani,

O trabalho assalariado é uma relação tipicamente capitalista, pois se dissemina à medida que o capital começa a ser reproduzido, provocando uma crescente necessidade de expansão dos mercados consumidores (1985, p. 70)

Em uma situação de falta de matérias primas, ocorre uma concorrência e a procura de fontes destas no mundo inteiro, determinando a conquista dos mercados no exterior, significando, também, a conquista de mercados e setores pré-capitalistas dentro das próprias fronteiras nacionais (Idem, 1985, p. 70-76).

Rosa Luxemburgo² (1979, p. 79) afirmava que a saída para o exterior não é um fato novo no capitalismo do século XX, mas uma condição permanente do modo de produzir capitalista. A grande empresa multinacional passou a constituir-se, no pós-guerra, na forma superior de organização da economia capitalista no plano internacional.

Nas obras de Rosa Luxemburgo, sempre encontraremos a utilização da categoria de totalidade, que é central em seu pensamento dialético e em sua crítica da economia capitalista. Ela considerava que o modo de produção capitalista constitui uma totalidade e que nunca se pode, portanto, compreendê-lo se fragmentarem qualquer dos seus movimentos internos (a produção, a distribuição, a troca e o consumo).

O capitalismo, segundo Luxemburgo, engloba-os todos numa totalidade articulada, segundo uma ordem lógica que, por sua vez, tem uma dinâmica essencialmente histórica. Por isso, quando ela tenta explicar o problema “o que é economia,” ela dedica uma boa parte da

² Rosa Luxemburgo era uma mulher judeu-polonesa revolucionária, o que à época significava um triplo estigma. Foi assassinada em janeiro de 1919, no decorrer da revolução Alemã, por opor-se aos rumos políticos do país determinados pelo então hegemônico Partido Social Democrata Alemão. Cf. PEDROSA, Mario. Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

sua exposição, não só nas definições da economia contemporânea, mas, particularmente, à história da economia.

Essa forma de entender o processo não era arbitrária, pois estava motivada pela mesma perspectiva metodológica que levou Karl Marx a conjugar o que ele denominava o modo de exposição com o modo de investigação, sendo duas ordens do discurso científico crítico que remetiam ao método lógico e ao método histórico.

O marxismo revolucionário, exposto por Luxemburgo, procura decifrar criticamente as raízes fetichistas da economia burguesa, não havendo uma simples enumeração dos fatos, tal como aparecem à consciência imediata no mercado, segundo as revistas e jornais de economia, que se apresentam sem lógica, não levando em consideração a história.

A categoria que permite articular, no marxismo, a lógica e a História seria então a ideia de totalidade, nexos central da perspectiva metodológica que Rosa Luxemburgo apreendeu em Marx (LUKACS, 2003, p. 390).

No caso brasileiro, a expansão do capitalismo norte-americano assumiu a forma praticamente exclusiva de investimento direto, com a grande concentração na economia. Os conglomerados dos EUA estavam interessados nas economias latino-americanas, incluindo o Brasil, dentre elas aplicando, em setores com maior matéria prima e menor custo de produção, transportes acessíveis e mão de obra barata (FURTADO, 1978, p. 54-55).

Nesse aspecto, a Swift Armour confirmava plenamente esta consideração, tendo sua sede em Buenos Aires, na Argentina, geograficamente próxima ao porto e ligada por uma malha ferroviária que cruzava o Uruguai até a fronteira de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, Brasil.

A primeira metade do século XX, marcado por significativos avanços tecnológicos, foi também um período de grande instabilidade econômica e geopolítica, pois, além da Primeira Guerra Mundial, ocorria a Revolução Russa, em 1917, e a crise de 1929, redundando na grande depressão e a ascensão do nazi-fascismo na Europa, determinando a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nestas poucas décadas, o capitalismo passou por crises e transformações adquirindo novos contornos.

As necessidades do capitalismo de caráter industrial liberal, representado agora pelas empresas norte-americanas, não abriam mão de acesso às matérias prima, fontes de energia e mercado, premissas estas continuavam existindo no capitalismo em sua fase financeira e monopolista. Na verdade, tais necessidades se ampliavam, pois a produção industrial, movida pela segunda Revolução Industrial, aumentou cada vez mais.

O desfecho da Segunda Guerra Mundial agravou o processo de decadência das antigas potências europeias, no caso, a inglesa. O que se verificava desde o final da Primeira Guerra. Aos poucos, essas potências europeias foram perdendo os seus domínios coloniais, na Ásia e na África, e com a destruição provocada pela guerra, houve o deslocamento do centro do poder mundial com a consolidação da potência norte-americana. A difusão do capitalismo por várias regiões do globo foi, portanto, produto da própria expansão imperialista que potencializou esta configuração.

Se, na Primeira Guerra, a Grã-Bretanha festejava a conquista de antigos territórios como a Turquia, no Oriente Médio, ou a Palestina, também sabia que havia perdido a hegemonia para os EUA. Os EUA, com sua formidável capacidade industrial e um enorme mercado consumidor, seria o grande beneficiário da Guerra, consolidando-se como grande potência, rivalizando, por sua vez, com a emergente URSS.

A chamada Guerra Fria vai marcar, portanto, a predominância dos EUA no cenário capitalista mundial, criando exigências que levam países como o Brasil a serem favorecidos pela atuação dessas empresas norte-americanas em seu território, criando uma nova relação, que tem como base, a influência direta norte-americana na América Latina e, no Brasil, em particular (IANNI, 1997, p. 137-148).

A forma mais utilizada é a do estabelecimento de indústrias estrangeiras no mercado interno. Essa introdução visa contornar a barreira tarifária, que agora assume características de proteção ao investidor interno, em muitos casos, com o aproveitamento da mão-de-obra abundante e barata, a eliminação dos custos de transporte e a colocação junto ao consumidor. São falsas indústrias, em sua maioria, que desdobram o processo de produção em duas partes, a externa e a interna, sendo esta, uma parte de simples acabamento, de montagem, de empacotamento, não correspondendo, de forma alguma, à introdução de equipamentos fabris complexos.

Até a década de 1930, o imperialismo se dividia em suas fontes e havia uma luta entre os capitais oriundos de fontes diversas, ou seja, de diferentes países investidores. A supremacia dos capitais norte-americanos vai alterar a sua competição. Entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929, assiste-se o alijamento acelerado dos capitais europeus, sua substituição progressiva e rápida por capitais norte-americanos. Os EUA vinham sendo já os fornecedores dos empréstimos externos, a política interna consiste em acompanhar as orientações norte-americanas.

A virada política e econômica mundial do pós Primeira Guerra Mundial, com a substituição gradativa, no Brasil, de empresas de capital britânico por de capital norte-americano pode ser nitidamente observada em Santana do Livramento, onde a empresa de carnes Wilson, de capital britânico, seria fechada e substituída pela empresa de capital norte-americano Armour. Pode-se constatar, porém, que o imperialismo, enquanto um processo de expansão colonial começa a perder fôlego com o término da Segunda Guerra. A partir de 1945, parte das antigas colônias da África e Ásia começam a obter sua emancipação política, mas o imperialismo, entendido como sistema de dominação e dependência nas relações econômicas e políticas entre os países pobres e ricos, sob o domínio do capital financeiro, permanece vivo e existente em várias partes do planeta.

Lênin admite em sua tese que o imperialismo acirra as contradições entre as próprias potências capitalistas e, em virtude mesmo de sua lei de desenvolvimento desigual, determina que a nação hegemônica de hoje não necessariamente será a mesma de amanhã, quando uma nova potência econômica buscará compensações políticas para sustentar seu poderio.

O capital financeiro e os trustes não enfraquecem, antes reforçam as disparidades entre o ritmo de desenvolvimento dos diversos componentes da economia mundial. Segundo Lênin,

O capitalismo no seu conjunto desenvolve-se muito mais rapidamente, mas tal desenvolvimento surge geralmente de forma desigual, manifestando esta desigualdade de desenvolvimento principalmente através da decadência de países ricos em geral (2013, p. 42)

A perda da hegemonia inglesa para os EUA, entre outros fatores, estará ligada ao grau de avanço tecnológico alcançado em uma disputa, tanto por mercados, como pela capacidade produtiva em esfera global, conquistada pelos EUA.

1.1 Breve Histórico: a Formação da Classe Operária em Santana Do Livramento

As origens do município de Livramento devem ser pensadas a partir dos episódios relativos à emancipação política das colônias espanholas do Rio da Prata. Em 1810, a situação do general Javier Elio, investido pela Corte de Cadiz para o governo de Montevidéu, é ameaçada pela rebelião de Buenos Aires. Para garantir a dominação espanhola em

Montevidéu, um exército luso-brasileiro é deslocado para a região (CAGGIANI, 1980, p. 124).

Livramento surge nessa conjuntura, às margens do Rio Ibirapuitã, formando um acampamento denominado de São Diogo. O surgimento do povoado, que logo seria elevado à categoria de município, ocorrerá a partir do movimento de tropas e acampamentos. A posterior distribuição de terras em forma de sesmarias é outorgada a velhos soldados do então chamado “Exército Pacificador” e a outros súditos da coroa portuguesa.

Evidencia-se, portanto, que o surgimento do município de Santana do Livramento se dá a partir, efetivamente dessas doações de terras a um grupo de pessoas favorecida por critérios econômicos e militares.

Entre os agraciados figuravam: Antonio José de Menezes, Belarmino Coelho da Silva, Antônio Alves Corrêa, Antônio Caetano da Silva, Custódio Teixeira Pinto, Antônio Pinto de Azambuja, Felipe Castanho de Araújo, Francisco Antonio da Fonseca, José Francisco de Amorim, José dos Santos Jardim de Menezes, Joaquim José da Silva, Manoel Alves Coelho de Moraes e João da Costa Leite, entre outros (CAGGIANI, 1984, p. 86).

Como forma de melhor situar cronologicamente as origens do Município, utilizo-me do trabalho historiográfico de Caggiani, que faz referência aos primeiros fundadores de Santana do Livramento, para destacar a forma como veio a se formar este enorme município da fronteira sul-rio-grandense.

Embora se fale mais o português em Rivera – onde moram inúmeros brasileiros principalmente, santanenses – do que o espanhol, em Santana do Livramento, os dois idiomas são familiares de um lado e de outro. Aliás, dessa mescla das duas línguas, resulta uma terminologia de vivo colorido, hoje conhecido como “portunhol”.

Na realidade, embora sendo cidades distintas, de nacionalidades diferentes e, por conseguinte, submetidas a leis de administração diversas, Santana do Livramento e Rivera, sob muitos e importantes aspectos, interpenetram-se e vivem, na realidade, como dois bairros de uma mesma cidade.

A pecuária é das mais importantes do estado, e os rebanhos selecionados para corte e criação são os melhores da região. A criação de bovinos é feita em bases racionais, com o fito de fornecer gado para corte (abastecimento e industrialização), sendo as raças preferidas pelos criadores a “Hereford”, “Braford”, “Angus”, “Brangus” (raças européias) entre outras. A criação de ovinos visa, principalmente, à produção de lã e se destacam as raças “Texel”, “Merino”, “Corriedale” e “Romney Marsh”. A maior parte da produção bovina e ovina é

comercializada e industrializada para os grandes os centros (*Revista da Associação Rural*, Santana do Livramento, 1990).

1.2 Armour e Wilson: as Transnacionais da Carne

As empresas Armour e Wilson se estabelecem nos subúrbios da cidade e, fora os técnicos especializados, utilizaram mão-de-obra local de muito baixo custo. Além de trabalhadores brasileiros, empregam uruguaios e, também, imigrantes (muitos deles espanhóis) que chegam pelo porto de Montevideu e vêm para a fronteira brasileira.

É nesse contexto da economia pecuária e da criação de estabelecimentos industriais norte-americanos que pode ser identificada a formação da classe operária na cidade de Livramento. Um município caracterizado pela pecuária extensiva (de gado bovino e ovino), com predomínio de latifúndios, que passa a abrigar charqueadas, a partir de 1903, e, posteriormente, dois grandes frigoríficos estrangeiros.³

Na constituição da classe trabalhadora local, chamam atenção os imigrantes espanhóis, entre eles, diversos anarquistas. Entretanto, cabe ressaltar o fato de existir abundante mão-de-obra local, originária das estâncias de pecuária, formada por trabalhadores rurais com pouca formação educacional, mas hábeis carneadores, com experiência acumulada das charqueadas. Junto aos técnicos especializados, esses trabalhadores passaram a constituir um enorme agrupamento de funcionários do Frigorífico, porém sem característica classista.

Os imigrantes espanhóis formaram uma parte desta mão-de-obra e trouxeram, por certo, a ideologia e a organização sindical, mas não serão definitivos para a formação da classe. Torna-se necessário, pois, relativizar essa inicial composição, na perspectiva de que a presença, por si só, desses imigrantes não será fator determinante nem exclusivo para a formação da classe operária no município.

A estrutura de classes que se originava a partir da implantação de uma economia capitalista subordinada ao imperialismo generalizou o assalariamento, formando um numeroso proletariado, caracterizado como um conjunto de trabalhadores que só podem viver mediante a venda de sua força de trabalho. O núcleo central desses assalariados será o setor

³ As primeiras quatro grandes charqueadas de Livramento foram: a Charqueada Santana (1903), a Charqueada da Sociedade Industrial e Pastoril (1907), a Charqueada São Paulo (1910) e a Charqueada Bela Vista (1911), as três primeiras criadas com capitais uruguaios e ingleses; a última, de menor escala, com capitais de fazendeiros sul-rio-grandenses (MARQUES, 1987, p. 244-252).

operário, formado pelos trabalhadores produtivos, explorados diretamente pelo capital, no caso, as indústrias da carne.

Este trabalho analisa o processo de formação da classe operária, perpassando, intrinsecamente, a conjuntura da chegada dos frigoríficos anglo-americanos e o início de uma relação de capital *versus* trabalho, fazendo parte de um processo dinâmico de formação de uma incipiente classe trabalhadora, especificamente, nos frigoríficos, objeto dessa pesquisa.

Pretende-se, por outro lado, demonstrar que o fato de passar a existir novos meios de produção (os frigoríficos) não é um pressuposto suficiente para a formação de uma classe com consciência em si e para si, apta a enfrentar a exploração de sua mão-de-obra em um processo capitalista de produção.

Este trabalho analisa esse processo, utilizando os estudos do historiador inglês Edward Palmer Thompson, que procura demonstrar como se deu a formação da classe operária inglesa, em um corte temporal de 1780 a 1832, explicando que a classe só faz sentido se estiver inserida dentro do contexto histórico que a produziu. A classe operária não se faz, simplesmente, porque foi instalado o modo de produção capitalista, a classe operária se autoconstrói. Thompson critica as formas de definição de classe mais comumente utilizadas, afirmando que classe é uma relação, sendo definida pelos próprios homens enquanto vivem a história. Portanto, a classe é uma formação social e cultural.

Thompson revela o que considera verdadeiro sentido da palavra “classe.” A classe operária não se fez de uma hora para outra, ela se constituiu e participa desse fazer-se:

Não vejo a classe como estrutura nem mesmo como uma categoria, mas como algo que ocorre efetivamente e cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. A noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. A classe acontece quando alguns homens como resultado de experiências comuns herdadas ou partilhadas sentem e articulam a identidade de seus interesses que diferem e geralmente se opõem aos seus (THOMPSON, 1987, p. 9-10).

Thompson considera, portanto, que a formação da classe operária, no caso inglês, dá-se como um processo ativo que se deve, tanto à ação humana, quanto aos condicionamentos sociais. A classe se forma a si própria. E acrescenta:

A experiência de classe é determinada em grande medida pelas relações de produção em que nascera (...) a consciência de classe é a forma como essas

experiências são tratadas em termos culturais, encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas (THOMPSON, 1987, p. 10).

Logo, observa-se que a classe, uma vez saída de seu fazer-se, porém já feita e sua presença confirmada, sua nova consciência de classe irá notar-se pela identidade desses trabalhadores e seus interesses em comum, independente de sua origem nacional.

A consciência de identidade, no caso da formação da classe operária nos frigoríficos de Livramento, objeto deste estudo, portanto, demonstra que independia de serem espanhóis, trabalhadores locais, uruguaios ou brasileiros, para que essa consciência de identidade e interesses contrários e em oposição ao sistema produtivo, se desenvolvesse na própria relação de produção. O processo transitório de amadurecimento dessa consciência de classe pertencia a uma relação de trabalho, que construiu um leque de reivindicações, apontando a um sistema alternativo, confrontando-se ao estabelecido pelas fábricas multinacionais da carne.

Assim, no caso dos trabalhadores dos frigoríficos em Livramento, eles são treinados em um processo de grande produção e alta rotatividade que, pouco a pouco, alterariam seus hábitos culturais.

Por outro lado, causa espanto que, no Rio Grande do Sul [região agropastoril], houvesse um grande número de jornais de esquerda. Para João Batista Marçal, isso é resultado dos muitos militantes anarquistas que, “vindos da Espanha para Argentina e Uruguai, e logo obrigados a abandonar aqueles países, acabaram se fixando em cidades fronteiriças brasileiras como Santana do Livramento, Uruguaiana e tantas outras” (MARÇAL *apud* JOE, 2004, p. 196).

São esses anarquistas, ao que tudo indica que estarão à frente das greves nos Frigorífico Armour e Frigorífico Wilson, em 1919 – “a primeira greve contra uma empresa imperialista”, em solo brasileiro, reivindicando aumento de salário, redução de jornada de trabalho e livre organização (MARÇAL, 1986, p. 89).⁴

Na ocasião dessa greve, é feita uma passeata que atravessa a linha divisória entre Brasil e Uruguai (as cidades Livramento e Rivera estão divididas por uma rua) e promove um comício em solo uruaio. Conforme Marçal, “Nesta oportunidade, ali estava, na tribuna das

⁴ No livro de Marçal, surgem duas datas para esta primeira greve: 1924, no artigo reproduzido de Isaac Akcelrud (p. 121) e a data de 1919, na seção de fotos, na legenda da foto do líder comunista, Santos Soares (pág. s/ nº). Sílvia Petersen, no entanto, confirma a data de 1919, numa listagem de movimentos grevistas (PETERSEN, S. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.) RS: economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 299).

reivindicações sociais, a figura carismática de Carlos Cavaco [líder socialista], esse homem que exercia uma influência inexplicável sobre as *massas obreira*” (1986, p. 121).

A greve parece ter sido liderada por anarquistas, mas cabe destacar que nela têm lugar lideranças socialistas como Carlos Cavaco – que, entre outras atividades militantes, participou da primeira greve geral no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 1906 (MARÇAL, 1986, p. 93). Além do apoio de socialistas, encontramos também a solidariedade de intelectuais liberais, ligados aos maragatos de Honório Lemes (oposição ao Governo Borges de Medeiros).⁵

Essa greve é deflagrada em 13 de março de 1919 e pleiteia aumento de salários para uns e redução da carga horária para outros. Nesse dia, mais de 1000 trabalhadores, inclusive, mais de cem mulheres vêm ao centro da cidade empunhando faixas e cartazes onde se lê: “Queremos lo que pedimos y estamos con el derecho y la justicia” (CAGGIANI *apud* MARÇAL, 1986, p. 121).

Na greve de 1919, encontra-se, também, a presença de uma figura que se tornará lendário no PCB da fronteira: o operário Santos Soares. Naquele tempo, segundo Marçal, já participando de uma Liga Comunista, criada em 1918.

Segundo Gregório Rangel, funcionário do Frigorífico, Santos Soares é um dos oradores do movimento e, em manifestação na Praça General Osório (Livramento), interpela o prefeito da cidade e o instiga a buscar solução às demandas operárias. Na ocasião, o prefeito se compromete em intermediar o confronto junto ao presidente da empresa norte-americana. Gregório Rangel revela mais detalhes sobre essa greve:

Estourou a greve e fui ajudar os grevistas. Até o construtor da cidade acompanhou a greve. Ele tinha uma filha no Armour, uma menina que trabalhava no balancim. Essa menina atorou a mão e não havia qualquer espécie de seguro. (...) Na manifestação, ela levantava o toco do braço e o orador reclamava o seguro de vida. [Este orador, possivelmente, era Santos Soares.] (RANGEL *apud* MARÇAL, 1986, p. 121).

Dos quatro militantes comunistas que foram mortos em 1950, Aladim Rosales já é apontado como participante da greve. Outro, Abdias Rocha, já integrava os quadros da

⁵ Honório Lemes (1864-1930) destacou-se como combatente das forças rebeldes na Revolução Federalista (guerra civil intra-oligárquica, entre 1893-1895), sobretudo na Serra do Caverá, no município de Livramento. Na Revolução de 1923, é um dos importantes caudilhos que enfrentam as tropas do Governo Estadual.

empresa frigorífica e, também, era líder do movimento paredista. Era trabalhador da Armour desde 1917.

Essas ações indicam que havia movimento operário fora da faixa litorânea do Rio Grande do Sul – em Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre –, onde a urbanização e industrialização se encontram em condições mais avançadas.

Em 1906, acontece a primeira greve geral, na capital do estado, resultando na formação da Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS). Em 1917, despontam várias greves no estado, entre elas, a dos operários da rede ferroviária (controlada por Companhia Belga), estendendo-se de Santa Maria (sede da empresa) para as demais cidades servidas pela estrada de ferro.

Entre 1917 e 1919, sucedem-se diversas greves gerais no estado, com amplo predomínio dos anarquistas. Na década de 1920, o recém-fundado PCB vai disputar, no campo operário, e, paulatinamente, firmar-se como organização comprometida com a “revolução social” (KÜHN, 2002, p. 118-120).

Na região da campanha gaúcha, devido ao grande contato comercial com Montevideú (por cujo porto se dava a exportação dos frigoríficos de Livramento), o fluxo de trabalhadores uruguaios e imigrantes europeus era expressivo.⁶ Entre os imigrantes, pode-se identificar os espanhóis e a eles atribui-se a chegada do “fermento revolucionário” para a região. De modo geral, a historiografia a respeito do movimento operário enfoca as grandes cidades da faixa litorânea do Rio Grande do Sul e deixa, em segundo plano, as cidades localizadas mais no interior, especialmente, aquelas da campanha.

A matriz anarquista, trazida pelos imigrantes que chegavam pelo porto de Montevideú, mais as contribuições de socialistas (como as de Carlos Cavaco) e, também, dos liberais maragatos, ao que tudo indica, são base da formação do movimento operário da campanha sul-rio-grandense.

Na campanha, os maragatos representaram muito mais do que uma dissidência da oligarquia regional ao domínio do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Eles constituíam uma aguerrida oposição ao Governo Estadual e aos sistemas de dominação em geral.

⁶ O contato de Livramento com Montevideú é favorecido com a chegada da ferrovia uruguaia a Rivera, em 1892. A ferrovia gaúcha só alcança Livramento em 1910. Os trilhos da ferrovia uruguaia entravam no território brasileiro e chegavam diretamente ao Frigorífico Armour, o qual tinha um hangar no porto de Montevideú.

Em 1935, os herdeiros dos “maragatos de Honório Lemes” estão na Aliança Nacional Libertadora (ANL), junto com os comunistas, “lutando contra o fascismo, o latifúndio e o imperialismo” e ocupando postos de direção do movimento.

A luta operária continuava e, em 1949, ocorre a grande greve na Swift Armour, o que desagradou os patrões anglo-americanos. Envoltos por uma ordem Macarthista que impera no centro do sistema capitalista e se fazia expressão na periferia, a ordem capitalista passaria a utilizar-se da estrutura do Estado para reprimir o movimento dos trabalhadores.

Nesse contexto, Getúlio Vargas, em 1943, oferece aos trabalhadores urbanos a Consolidação das Leis do trabalho (CLT), sendo que esta visa agradar operários e patrões em relação aos Direitos Trabalhistas que, na prática, não são obedecidos e nem respeitados pelos patrões. Enquanto estes recebem cobertura contra tudo que taxam como atos indesejáveis, estavam praticamente livres do controle dos órgãos públicos e da fiscalização dos sindicatos (NEGRO; SILVA, 2003 p. 32). Nesse cenário, podemos perceber quem era o Estado e a quem defendia.

Em 1950, a direção do frigorífico já manifestava claramente que não deveria suportar quaisquer manifestações contestatórias em suas empresas alimentícias, pois tinham contratos com o governo norte-americano para abastecer as tropas de ocupação na Coreia. Nessa conjuntura, as greves e manifestações já estavam sendo objeto de violenta repressão, como aconteceu em Rio Grande. Conforme o jornal *O Tempo*, da cidade de Rio Grande, datado em 03 de maio de 1950:

Nos dias 1º de maio de 1950, na cidade de Rio Grande, foi realizada uma marcha pela cidade, onde houve um confronto, envolvendo manifestantes, policiais e Brigada Militar, em que foram mortos 3 manifestantes: O pedreiro Euclides Pinto, o portuário Honório Alves de Couto e a tecelã Angelina Gonçalves, também foi morto o ferroviário Osvaldino Correa, além do Soldado da Brigada Militar, Francisco Reis. Várias pessoas ficaram feridas, porém parte dos manifestantes optou por tratar seus ferimentos em casa com medo de serem presos no hospital.

No processo histórico concreto, o movimento operário e os setores políticos que não fizeram a distinção entre os direitos sociais e políticos acabaram atraindo para si a repressão política e a violência policial. A manutenção da ordem continuaria a ter um braço importante para a sua realização: a polícia, já era sim uma polícia política com funções preventivas e repressivas.

Konrad (2004) questiona a separação entre direitos sociais e direitos civis, onde se viam sempre priorizados os primeiros, o que levou o governo a ampliar a sua base de apoio junto aos trabalhadores. Para o historiador

a separação entre direitos sociais e direitos políticos, assim como, a separação da sociedade civil da sociedade política, objetivam essencialmente a manutenção do poder do estado, a fim de assegurar a reprodução das próprias relações sociais e econômicas estabelecidas (KONRAD, 2004, p. 95-96).

Konrad também considera que toda a ação policial seja também uma ação política, e a definição institucional da própria polícia política se aprofundará, no Brasil, a partir da década de 1930.

A partir de 1930, o país terá uma polícia cada vez mais a serviço do poder político, através de uma instituição especializada pelo Estado, como um poder político para a opressão de classe.

Por outro lado, em um contexto temporal, não se percebe desencontros entre a atividade sindical e política dos militantes e a realidade social que pretendiam transformar, visto que ela se desnuda na própria vida desses trabalhadores, que seriam eliminados, posteriormente, pela polícia política, tanto na cidade de Livramento, quanto em Rio Grande e Porto Alegre.

2 – A CONJUNTURA DA DÉCADA DE 1940

A pressão em torno da volta das instituições democráticas, fez com que Vargas acenasse favoravelmente para a realização de eleições diretas. No final de 1945, uma nova Assembleia Constituinte foi eleita para, dessa forma, definir as bases do jogo político nacional, encerrando-se o período conhecido como Estado Novo. No cenário político internacional encontrava-se em marcha o bipolarismo político e Dutra agora eleito presidente do Brasil optou por seguir a cartilha político-ideológica dos EUA. Reafirmando essa posição, seu governo colocaria os Comunistas novamente na ilegalidade, complementando esse conjunto de medidas pró-Estados Unidos, o governo rompeu relações diplomáticas com a União Soviética.

Nesse período, a condição dos trabalhadores piorou sensivelmente. Congelamento dos salários, inalterados desde 1942 e o aumento dos índices inflacionários encareciam o custo de vida da população. Por conseguinte, vários movimentos grevistas foram deflagrados nesse tempo.

2. 1 O Estado Novo, o Governo Dutra e a Chamada Guerra Fria

O período chamado de Estado Novo tem início com a ditadura de Getúlio Vargas que, em 10 de novembro de 1937, alegando a manutenção das agitações políticas no país, determina o fechamento do Congresso e a substituição da Constituição. Esta, tendo como princípio fortalecer o Poder Executivo, foi homônima do fascismo polonês e ficou conhecida como “polaca”. A denominação do novo regime, Estado Novo, espelhava-se na ditadura de Antônio Salazar, ditador português.

No fim de 1938, Vargas determinou a extinção de todos os partidos políticos e também da Ação Integralista Brasileira (AIB), além da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entidade dos jornalistas que tinha a maioria de seus líderes perseguidos e presos.

O autoritarismo e a repressão política do Estado Novo se associam a um Estado cada vez mais paternalista, que gozava de um imenso prestígio entre as camadas populares. Em seus discursos e em suas atividades, o presidente, que já havia concedido as tão desejadas leis trabalhistas, procurava, cada vez mais, aproximar-se dos trabalhadores e dos mais pobres. Assim, desde o início de seu governo, Vargas ficou conhecido como o “pai dos pobres”.

Mas se o controle sobre os trabalhadores vinha com a expansão das leis trabalhistas, em 1940, são criados o salário mínimo e o imposto sindical, e em 1943, é instituído um código de direito trabalhista (a CLT), baseado na carta *Del Lavoro* da Itália fascista. Vargas conseguiu, com isso, diminuir as greves e mobilizações do proletariado, dando à burguesia a tranquilidade necessária para impulsionar o crescimento da atividade industrial.

Com a reedição da Lei de Segurança Nacional, que havia sido aprovada já em 1935, ao proibir as greves e as manifestações operárias, os conflitos entre patrões e empregados seriam regulados pelo Estado. Os sindicatos transformam-se, assim, em instituições assistencialistas e recreativas, organizando festas e atividades esportivas. Seus dirigentes eram agora ligados aos patrões, sendo pouco efetivos e por isso ganham a alcunha de “pelegos”, designação obtida pelo fato de os sindicatos serem subservientes ao governo, barrando as mobilizações.

Uma característica não menos importante, nesse período da vida nacional, era a do rádio que, além de ser o principal veículo de comunicação no período Vargas, foi amplamente utilizado pelo Estado em seus pronunciamentos oficiais.

No aspecto cultural, foi durante o Estado Novo que o Brasil entrou definitivamente na órbita de influência dos EUA. Nesse período, foram criados personagens que procuravam retratar um país que se associava à política da boa vizinhança com os EUA, especialmente após o rompimento do Brasil com o Eixo, em 1942. Essa política foi fundamental para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), sendo que, no plano prático, tal política estava associada à difusão de filmes, músicas e livros, junto a manifestações culturais que integrassem americanos e latino-americanos. No plano econômico, portanto, os EUA imprimiam sua hegemonia de defesa do livre mercado, criando parceiros que evitariam o crescimento das ideologias nacionalistas, fascistas ou comunistas.

A participação brasileira na Segunda Guerra criou inúmeros problemas a Getúlio, pois como o presidente poderia explicar a luta contra os fascistas na Europa, mantendo uma forte ditadura interna? Vargas foi pressionado a convocar eleições gerais, ao finalizar a guerra, e a medida reanimou as disputas na política brasileira. Pelo prestígio alcançado com a participação do Exército na guerra, os militares lançavam seus candidatos: o major-brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra. Com isso, as oligarquias liberais conservadoras juntaram-se a intelectuais e dissidentes do Estado Novo e formaram a União Democrática Nacional (UDN), apoiando Eduardo Gomes. Outros dois partidos surgiram a

partir de representantes do governo de Getúlio: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Pressionado por todos os lados, Vargas assinou, em 1945, um ato adicional à constituição de 1937, fixando o prazo de 90 dias para a convocação de eleições e a sua regulamentação, entretanto, a oposição não se satisfaz, acreditando ser esta outra manobra de Vargas para continuar no poder.

Em abril de 1945, um amplo movimento popular, também com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, e vários outros seguimentos da sociedade obrigam Vargas a anistiar os envolvidos em crimes políticos, inclusive, os comunistas. Desta maneira, foi concedida a anistia aos presos políticos, a libertação de Luiz Carlos Prestes e o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a URSS renovaram as forças e o prestígio do PCB. Assim, partidos de caráter nacional e ideologicamente definidos, como o PCB, poderiam participar da vida legal do país. Nessa conjuntura, inicialmente, um conjunto de manifestações populares de reação aos insultos desferidos a Vargas, organizam-se em todo o país, apoiando o presidente, através do “queremismo”, como sintetiza Jorge Ferreira:

Os participantes do movimento queremista realizavam comícios relâmpagos, incluindo as barcas que ligavam o Rio de Janeiro a Niterói, esses trabalhadores orientados pelo PCB, defendiam a permanência de Getúlio até a convocação de uma assembleia nacional constituinte (FERREIRA, 2002, p. 74-75).

Getúlio é obrigado a abandonar a presidência, iniciando-se, então, a transição democrática, com as eleições marcadas para dezembro de 1945. Extingue-se o Estado Novo (em outubro de 1945) e se preparam as eleições para Presidente da República e o Congresso Constituinte no final do mesmo ano (em dezembro).

O período que ficou conhecido como Estado Novo é bastante complexo. Ao mesmo tempo, busca-se consolidar a industrialização pesada do Brasil, enquanto que os trabalhadores vivem uma relação de ambiguidade com um governo ditatorial. Getúlio é considerado como um pai que oferecia leis trabalhistas, mesmo que restritas, aos trabalhadores urbanos, relegando os camponeses, mas essas medidas são de um alcance substancial para um país de capitalismo tardio que não oferecia a mínima regulamentação para o trabalho, mesmo que isso

implique em um benefício à burguesia nacional e a perseguição daqueles que representavam o operariado combativo.

As décadas de 1930 e 1940 são de derrota e desarticulação do PCB, criado em 1922. O Partido se consolida no final da década e tem um lento crescimento entre a massa trabalhadora. Em 1935, com a dura repressão à ANL e à insurreição de novembro, o PCB sofre profunda derrota e se desarticula, tendo até 1942 uma atuação bastante limitada. Nesse período, as ações do Partido ficam restritas ao Rio de Janeiro, a São Paulo e à Bahia. Para José Segatto, “Na maior parte dos outros estados, não há movimento dos comunistas ou, quando existe, é pequena” (1989, p. 50-51).

Segundo o autor, só a partir de 1942, o movimento operário e o seu Partido (o PCB) reaparecem no cenário nacional. Dos 100 militantes ativos de 1942, o Partido passa a ter 50 mil, em 1945, e quase 200 mil no ano seguinte (Idem, p. 56).

O PCB se torna importante força política na luta contra o Estado Novo e pela redemocratização. Nos comícios de maio e julho de 1945, no Estádio de São Januário (Rio de Janeiro) e do Pacaembu (São Paulo), com a presença de Luiz Carlos Prestes (recém-anistiado), o PCB surge como um “movimento legal de massas”. É neste momento que o Partido adquire quase 200 mil filiados. Em Porto Alegre, são criados 123 comitês. O Partido passa a ter duas editoras e 8 jornais diários no país, entre eles a *Tribuna Gaúcha*, no Rio Grande do Sul.

Em Livramento, circulava o jornal *Unidade*, editado por Santos Soares e outros militantes do PCB, e também o jornal anarquista *A evolução*, impresso em português e espanhol desde 1911. Os trabalhistas, por sua vez, tiveram também um importante jornal nesta época – *O Clarin* – que demarcava o campo ideológico com os comunistas, ora como aliados, ora como opositores.

2.2 A República Democrática Liberal e a Repressão de Dutra

Considerando que foi basicamente, a partir de 1942, que o PCB começa a se reorganizar, após longo período de clandestinidade, que se seguiu após o levante de 1935, seus militantes não terão muito tempo de vida legal, pois logo eles serão surpreendidos com as cassações em 1948 e a volta a clandestinidade.

A reorganização, conhecida como II Conferência Nacional do PCB, a Conferência da Mantiqueira, ocorreria no interior de São Paulo, de 27 a 30 de setembro de 1943, tendo o

objetivo de reorganizar o Partido, depois da forte repressão sofrida até 1941. Reúnem-se 46 delegados, representando grupos organizados em oito estados. Nesse encontro, destacam-se militantes que formam a Comissão Nacional de Organização Partidária (CNOP), articulados sob a necessidade de reorganizar o Partido nacionalmente, decidindo pela indicação de Luiz Carlos Prestes como secretário geral, mesmo este estando ainda preso.

Os comunistas que participaram da Conferência da Mantiqueira ratificaram a proposta de união nacional contra o nazi-fascismo, a partir de dois grupos de militantes: um conhecido como grupo baiano e alguns militantes articulados, do Rio de Janeiro, obtiveram a hegemonia sobre as várias outras tendências que divergiam quanto à palavra de ordem “União Nacional”.

Nessa Conferência, portanto, é ratificada a proposta da CNOP, de União Nacional contra o nazi-fascismo subentendendo-se o apoio ao governo Vargas.

Tal decisão não foi unânime entre os comunistas, Prestes é nomeado secretário geral, ausente, sendo substituído, enquanto preso, por José Medina e logo depois por Álvaro Ventura.

Sobre essa reorganização e, na busca de compreender todas as influências que levam à política do “Manifesto de Agosto,” política adotada posteriormente, torna-se necessário verificar como se formou a direção do PCB e quais as influências que o Partido absorveu da sociedade brasileira.

O PCB, destruído pela repressão do Estado Novo, é praticamente reconstruído nos anos finais da ditadura de Vargas. A partir desta reconstrução, o Partido cresce tanto, em número de militantes, que a geração que o funda fica praticamente diluída entre esses milhares de novos militantes, sendo que a composição do Comitê Central (CC) reflete esse fenômeno. Nenhum dos fundadores e principais dirigentes do Partido, de antes de 1930, participa da Conferência, entre eles, Astrogildo Pereira, Fernando Lacerda e Cristiano Cordeiro. Eles só se reagruparam às fileiras do Partido após a saída de Prestes da cadeia e o sucesso de seus comícios de 1945 (SODRÉ, 1981, p. 207).

O CC, eleito pela Conferência da Mantiqueira, vai apresentar uma composição mais ou menos igual entre operários, classe média e militar, sendo ratificado, definitivamente, no IV Congresso, de 1954. Entre os membros eleitos na Conferência da Mantiqueira, constam três operários: Sergio Holmos, representando o Rio Grande do Sul, originário de Livramento, militante da construção civil e contemporâneo dos militantes comunistas que, posteriormente, seriam assassinados, no Parque Internacional; Francisco Gomes e Agostinho Dias de Oliveira, também operários; dois militares (Prestes e Maurício Grabbois); e quatro intelectuais

(Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Pedro Pomar, Dinarco Reis e Milton Cayres de Brito), ratificados pelo IV Congresso, o Secretariado formado por Prestes, Arruda e Amazonas (CHILCOTE, 1982, p. 168).

Pode-se observar que, embora o Partido estivesse nos anos do pós-Guerra e, nos seguintes, cercado pela nata da intelectualidade brasileira, como Caio Prado Júnior, Mario Schemberg, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré, Octávio Brandão e vários outros, estes não faziam parte do CC, exceto Brandão e Astrogildo, em suplência. Percebe-se que havia certo desprezo pela figura do intelectual. Motivado por essa situação, Carlos Marighella, em carta à executiva do Partido, datada de 1966, diz:

A experiência das direções passadas em matéria de lançamento de livros não é boa. As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo censura prévia (MARIGHELLA, 1979, p. 90).

Também os elementos de maior experiência em relação ao trabalho de massas não pertencem à Comissão Executiva, embora tivessem acento no CC, como no caso de Roberto Morena, antigo dirigente sindical e deputado por São Paulo, em 1950, que até então não participava do CC.

Essas constatações são reveladoras, na medida em que esclarecem que são os membros da executiva, principalmente, que definem e formulam a linha política do Partido, muito embora os organismos de base e direções intermediárias, segundo o estatuto do Partido, sejam suas verdadeiras direções.

É possível considerar que este núcleo (Secretariado e Comissão Executiva) será, no período de 1943 a 1956, o que deterá boa parte dos poderes do CC, prática confirmada quando da discussão interna, após as revelações do XX Congresso do PCUS, quando o próprio CC reconhecia que suas funções “eram, na prática, absorvidas pelo secretariado, sendo que o Comitê Central não desempenhava plenamente suas verdadeiras funções, não existindo ambiente propício ao exercício da direção coletiva, não existindo, portanto, o clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões” (CARONE, 1982, p. 150).

Alcedo de Moraes Coutinho constituinte de 1946 e militante histórico do PCB declararia, posteriormente, ser uma contradição o PCB combater o nazi-fascismo externamente e, internamente, apoiar o governo fascista de Vargas. Segundo Coutinho, os

militantes apoiavam Vargas com muita perplexidade, muita má vontade, exatamente porque todo o Partido tinha sofrido muito em sua ditadura.

Com a derrota do nazi-fascismo na Europa, um “sopro democratizante” percorre o Brasil. Os militantes comunistas saem da clandestinidade, e o PCB vive um momento de euforia. No entanto, concomitante a um novo quadro político favorável ao Partido, o novo governo de transição (estabelecido após a queda de Vargas) começa “a reprimir os comunistas, mandando invadir algumas sedes do PCB” (FAUSTO, 1996, p. 397). As eleições presidenciais acontecem, consagrando a vitória de Eurico Gaspar Dutra e garantindo um “honroso terceiro lugar” ao candidato do PCB, Yedo Fiúza: quase 10% dos 6,2 milhões de votantes. Para as eleições do Congresso Constituinte, o partido elege um senador, Luiz Carlos Prestes, e 17 deputados federais, entre eles, Abílio Fernandes, metalúrgico de Pelotas/RS.

Ao se referir ao período eleitoral pré-constituíste, Alcedo de Moraes Coutinho, assinala que, na época, a tal liberdade democrática é eufemismo, não havendo liberdade completa. Ele relata que se fazem comícios no interior e em zonas dominadas por coronéis, no sertão do Pernambuco, sempre havendo um conflito ou tiroteio, tamanha a prepotência das oligarquias com os trabalhadores que participam dos atos eleitorais.

Quanto ao debate interno no Partido, em relação à Constituinte, as propostas discutidas nas bases eram encaminhadas ao CC que, por sua vez, passava aos representantes do PCB na Constituinte. Na Assembleia propriamente dita, diz Coutinho, os comunistas têm um bom trânsito, pois apresentam os projetos e obtêm o apoio para aprová-los, como no caso da Comissão de Saúde, onde é designado relator e profere um discurso dizendo:

A medicina é uma ciência social, sem resolver os problemas sociais da humanidade, particularmente, no Brasil, você não vai resolver os problemas das doenças (Entrevista com Coutinho. *Novos Rumos*, outubro de 1986, p. 137-165).

Conforme o constituinte comunista, a discussão realizada na assembleia em relação à saúde pública, encontrava-se no plano de organização política administrativa da saúde. No caso, ele ressalta que, se não fosse tocada a questão da reforma agrária e da miséria das massas, falar em saúde, sem identificar esses aspectos, seria tergiversar.

Coutinho salienta que os grandes discursos feitos na Constituinte foram feitos por Gregório Bezerra, que era um homem sem muito estudo formal, mas dotado de grande sabedoria. Seguimo-lo:

O processo de cassação dos constituintes do PCB e o processo que culminou com a cassação do registro legal do partido, foi uma luta que durou dois meses, chamada batalha da cassação, enfrentou-se a batalha jurídica, a batalha política, falamos na comissão de justiça, discursos no recinto da câmara, e no final ficamos somente oito constituintes, nos 15 dias antes do desenlace, os demais, por motivo de segurança já não compareciam, saíram, Prestes, Jorge Amado, o Grabois e João Amazonas, o pessoal da célula do Partido saiu e fiquei eu e o Gregório que fez o último discurso. Nesse último discurso do Gregório Bezerra, nós já tínhamos sido cassados, mas como não havia sido ainda publicado na imprensa oficial, nos foi permitido participar da última seção (Entrevista com Coutinho. *Novos Rumos*, outubro de 1986, p. 137-165).

O ano de 1946 é marcado por mostrar os limites da abertura democrática, pois para os comunistas que concentram suas expectativas na elaboração da nova carta constitucional, uma vez cassado seu mandato, o Partido volta a se concentrar no movimento operário e nas sucessivas greves em que estariam envolvidos.

Ainda sobre a participação comunista na assembleia constituinte, em 1946, é de destacar a participação de Claudino José da Silva, o único negro da Constituinte. Sua participação foi singular, diferenciando-se de outros membros da bancada comunista, não só por sua origem social, mas por suas preocupações acerca da discriminação racial, defendendo, com afinco, a plataforma apresentada pelo PCB.

No Rio Grande do Sul, o PCB conta com uma bancada de deputados estaduais; Otto Alcides Ohlweiler, Antônio Pinheiro Machado e Dionélio Machado. Recorrendo aos anais da Assembleia Legislativa, de 1947, e mesmo no *Correio do Povo*, também desse ano, encontram-se registros sobre a cassação do Partido, bem como de protestos por parte dos deputados comunistas, motivados pela intervenção federal em alguns sindicatos de Santana do Livramento (MARTINS, 2007, p. 93-96).

Na seção de 16 de junho de 1947, Pinheiro Machado sobe à tribuna para discursar acerca da interferência nas organizações de trabalhadores e da LSN. Em 20 de junho de 1946, é apresentada uma moção subscrita por deputados comunistas, trabalhistas, libertadores e udenistas, manifestando-se contra a cassação dos mandatos. Apenas a bancada do PSD não aprova a proposta (MARTINS, 2007, p. 96-99).

Com a finalidade de melhor contextualizar a época da cassação do registro do PCB, é importante aqui estabelecer as reações dos vários setores políticos, sem priorizar continuidades ou descontinuidades nas ações desses personagens.

O governo de Dutra é comumente associado à legalidade, porém, “quando se tratava dos comunistas e dos trabalhadores organizados, o legalismo era muitas vezes esquecido” (FAUSTO, 1996, p. 401). Em maio de 1947, o Supremo Tribunal Federal cassa o registro do PCB. No mesmo dia, o Ministério do Trabalho intervém em 14 sindicatos e numa central sindical controlada por comunistas, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). Em janeiro de 1947, o Congresso Nacional cassa os mandatos de senador, deputados e vereadores eleitos pelo Partido. O PCB volta à clandestinidade. Até o final do governo Dutra, mais de 200 sindicatos sofrem intervenção.

Essa conjuntura nacional de repressão aos comunistas é agravada pelo fim do clima de confraternização dos vencedores na luta contra o nazi-fascismo e pelo aprofundamento da chamada Guerra Fria, porém as forças conservadoras brasileiras tiveram papel relevante nesse processo.

Com a cassação do registro do Partido e, também, dos seus representantes eleitos dentro das regras da democracia liberal, os comunistas entram na clandestinidade e optam por posição política radical. O PCB havia iniciado um processo autocrítico em relação às ilusões constitucionais, através da declaração de janeiro, de 1948, que se aprofundou e redundou no Manifesto de 19 de agosto de 1950.

Sob intensa repressão, tendo sido cassado da vida política oficial brasileira, o Partido lança o “Manifesto de Agosto”, que defendia o armamento geral do povo e a criação de um exército popular de libertação nacional. A bandeira da luta armada como caminho para a conquista do poder seria a resposta da classe operária ao autoritarismo e às impossibilidades democráticas.

Na legalidade institucional e com a Assembleia Nacional Constituinte, o Partido conquistará grande contingente de votos e simpatizantes; com a ilegalidade, era visível a perda de influência do PCB. Por outro lado, na declaração de janeiro de 1948, Prestes levanta, entre outras questões, a necessidade de dar atenção às lutas dos trabalhadores rurais contra o latifúndio e, da mesma maneira, assume o compromisso internacionalista de organizar uma campanha contra a Coréia, vista como uma nova agressão imperialista.

O PCB lança, em 1950, o movimento nacional pela proibição de armas atômicas e organiza o Congresso Brasileiro dos Partidários da Paz. Durante este período, de janeiro de

1948 em diante, a questão agrário-camponesa passa a tomar nova importância nos debates e ações do Partido, mesmo que essa discussão fosse referida, já na década de 30, expressa na plataforma da ALN. A experiência mais avançada e profunda do período é um grande movimento de resistência armada de camponeses que lutam pela terra, em Porecatu, no norte do Paraná. Esta é a primeira experiência concreta do PCB, de organização de luta armada no campo, avançando de forma concreta na construção da aliança operária e camponesa.

Um dos pontos de reavaliação ocorridos na linha expressa pelo “Manifesto de Agosto”⁷ está relacionado com a questão da burguesia nacional e a correta relação com ela. O PCB substitui a linha oportunista de direita de unidade cega com a burguesia pela sua negação completa (PRESTES, 2010, p. 168-170).

A partir de então, os comunistas passam a analisar a burguesia como um bloco único, sem separar a grande burguesia de suas frações, a média e a pequena burguesia que, no processo, poderiam ser aliadas potenciais do proletariado.

Segundo a análise de Anita Leocádia Prestes, na prática, a direção do PCB mantém uma política ambígua com o “Manifesto de Agosto”, ao mesmo tempo em que defende a luta armada e participa de levantes populares, lança candidatos, em 1950, através de outras legendas, Partido Republicano (PR) e o Partido Social Trabalhista (PST), faz campanha pelo voto em branco, nas eleições presidenciais, e luta pelo retorno à legalidade burguesa.

Com o “Manifesto de Agosto” de 1950, os comunistas brasileiros abandonam a política anterior de amplas alianças, incluindo setores burgueses, pois apostam na via eleitoral para a aplicação de um programa de caráter nacional e libertador. Mesmo ao adotar o caminho revolucionário, proposto pelo “Manifesto de Agosto”, a estratégia da revolução brasileira permanece a mesma de antes: uma revolução democrático-burguesa ou agrária e anti-imperialista, que só poderia ser realizada sob a direção do proletariado (PRESTES, 2010, p. 162).

Considerando o grau de disciplina partidária dos militantes comunistas, principalmente, nesse período, o Partido mantém um férreo centralismo em sua estrutura, até como meio de sobrevivência, visto ter convivido longos tempos de clandestinidade e perseguição. O “Manifesto de Agosto” é a linha política de então, e sua aplicação seria ato de fidelidade para todo o conjunto partidário. Da mesma forma, porém, atribuir, exclusivamente, à linha política do PCB, neste período, a total inevitabilidade das perseguições em Livramento e até a morte de vários militantes comunistas, não seria razoável. Porém, da mesma forma, é impossível desconsiderá-la, em se tratando de uma organização verticalizada, na qual o

centralismo democrático, com erros ou acertos, traça uma linha, que uma vez aprovada pela maioria, submete uma eventual minoria de militantes, mesmo manifestando posições antitéticas, a aplicar estas decisões na prática política.

Tendo em vista a relação direta da linha política do PCB com a chacina dos comunistas, procurar-se-á demonstrar razões da linha política conhecida como “Manifesto de Agosto”, tecendo algumas considerações acerca de seu lugar dentro da História do Partido, dando destaque às rupturas existentes entre a prática e o discurso, nos anos de 1945/46, e aquela que o caracterizará nos anos seguintes. Contudo, é necessário salientar que, por baixo dessas diferenças de ordem tática, há uma permanência de ordem estratégica. A realização das tarefas da revolução democrático-burguesa no país, nomeadamente, a reforma agrária, remoção dos entraves ao desenvolvimento econômico e a conquista de um regime de efetivas liberdades democráticas continuam no horizonte das etapas revolucionárias.

Para concretizar essas tarefas, prevê-se sempre o recurso ao poder de Estado, sobre o comando das “forças revolucionárias”. A composição dessas forças pode, também, sofrer algumas alterações, mas guarda como referencial importante, o recurso à aliança de classes, que inclui operariado, campesinato e setores da pequena burguesia, em sua definição mais restrita, ou amplia-se até compreender, inclusive, a burguesia nacional.

Outra característica da linha política que o PCB conservará, durante toda a sua existência, apenas com um breve hiato nos anos finais da Segunda Guerra, é a da luta anti-imperialista. Daí por que sua proposta sempre contemple, com destaque, a questão nacional (LONER, 1985, p. 69-71).

Loner sugere, como forma de entender a linha do “Manifesto de Agosto”, a partir da definição do esquema teórico da Revolução Brasileira, seus traços básicos, oriundos nas propostas da Internacional Comunista, de 1928, que, na teoria, indicava:

Em sua agitação os Comunistas (da América Latina), devem pôr em realce as seguintes consignas:

- 1 – Expropriação (sem indenização) e entrega de uma parte das grandes plantações e latifúndios aos peões rurais, para que trabalhem coletivamente, e o reparto da outra parte entre os camponeses, arrendatários e assentados;
- 2 - Confiscação das empresas estrangeiras (Minas, Empresas Industriais, Bancos, etc.) e das grandes empresas da burguesia nacional e dos grandes latifundiários;
- 3 – Anulação das dívidas públicas e levantamento de todo o controle do imperialismo sobre o país;

- 4 – Introdução da jornada de trabalho de oito horas e supressão das condições de trabalho lindeiras com a escravidão;
- 5 – Armamento dos operários e camponeses e transformação do exército em um exército operário camponês;
- 6 – Edificação do poder soviético dos operários, camponeses e soldados.

Estas teses referiam-se ao movimento revolucionário das colônias e semicolônias, fortalecidas a partir do 6º Congresso da Internacional Comunista, ocorrido em 1928 em Moscou.

Nesse particular, sobre a adesão do PCB à Internacional Comunista (IC) e a respeito da reprodução mecânica do estágio revolucionário, na aplicação à realidade brasileira sem a devida interpretação da realidade de países “coloniais e semicoloniais,” forma como era definido o Brasil, as teses da Internacional se chocam com a realidade e são usadas como esquema pronto, não auxiliando a ter clara a realidade da conjuntura brasileira. Caio Prado Junior⁷ realizou duras críticas a esta análise feita pelo CC.

Verifica-se aqui, o “espírito” da Internacional Comunista ressuscitado no Brasil, através desse programa. Segundo Loner, pode-se constatar que, indiferente às possíveis transformações ocorridas na conjuntura, analisadas pelo VI Congresso da Internacional, entre o período decorrido de 1928 a 1950, o “Manifesto de Agosto” aceita integralmente em seu programa, os pontos 1 , 2 , 3 e 5 do programa da III IC, lembrando que ela não existia mais desde 1943, adaptando os demais e excluindo apenas o poder dos soviets (substituído pelo “governo de representantes do bloco de classes que fizeram a revolução”) e a defesa da jornada de trabalho de oito horas.

Tirando-se alguns traços conjunturais, esse programa se expressa na análise feita pelo PCB até 1950. Do VI Congresso da IC, além do programa, toda a teoria, praticamente sem inovações, permanece a mesma, ou seja, a caracterização da revolução como pertencente a uma etapa democrático-burguesa, suas tarefas principais, a aliança do proletariado e do campesinato sob a direção do primeiro e do seu partido; a conceituação do Brasil, como um

⁷ Caio Prado Junior, em seu livro *A revolução Brasileira*, ed. Brasiliense, SP, 1972, quarta edição, p. 19-63, discute a teoria da revolução brasileira e a forma dogmática e acrítica com que se aceitou no Brasil a visão do Komintern, especialmente em seu VI congresso. Depois de ressaltar a deficiente preparação científica da direção comunista brasileira, responsável pela não revisão e reelaboração de tal teoria, ele critica o dogmatismo Stalinista, a ampliação dessa alienação frente à realidade. “Esse conjunto de fatores contribui para consolidar não apenas concepções falsas e inteira discordância com os fatos reais, mas ainda impôs, como referimos, uma certa maneira de consolidar os fatos, econômicos, sociais e políticos que deles dá conta, inteiramente deformada. Isto é, não partem da consideração e da análise daqueles fatos como realmente eles se apresentam, a fim de os interpretar e determinar a sua dialética, isto é, a sua dinâmica e projeção futura, com o que se elaborara a teoria revolucionária. Caminha-se em sentido precisamente contrário, a saber, admitisse a priori essa teoria, e procurasse nela encaixar os fatos, por mais que eles deformem essa arbitrária e singular manipulação” (p. 20).

país dependente, atrasado, semicolonial e da caracterização do imperialismo, como fase degenerativa e agonizante do capitalismo, todos são elementos comuns ao “Manifesto” e ao programa da IC, em 1928, para a América Latina.

A política de manutenção da paz defendida pelo Kominform⁸ transmuta-se, na interpretação do PCB, na política de transformar a guerra imperialista em guerra civil. Embora a orientação do Kominform também exija certo endurecimento com respeito a correntes outras, que tenham acesso ao movimento operário, a forma como é levada a política de frente única pela base tem os mesmos traços que marcarão sua aplicação na Europa em 1928. Até a tendência para o paralelismo sindical encontra sua referência na orientação de Josef Stalin para a ruptura com os sindicatos reformistas e a criação de organizações paralelas em 1928, ratificadas em 1930 (LONER, 1983, p. 98).

Contudo, o Manifesto, segundo Loner, amplia o leque das forças revolucionárias de modo a abranger, também, a pequena burguesia e os setores médios da burguesia nacional. A tese da pequena burguesia como componente das forças revolucionárias e sua hegemonia temporária no interior do bloco revolucionário é defendida em documento do Comitê Executivo da IC para os países da América Latina, em 1930 (LONER, 1983, p. 123).

Quanto à inclusão da burguesia como aliada, esta ocorre em 1935, com a proposta da Frente Popular, posta em vigor, no VII Congresso do Komintern.

Embora esta inclusão seja vista como um fator circunstancial e passageiro, justificado pela necessidade de união na luta contra o nazismo, ela vai ser incorporada à própria teoria revolucionária, sendo justificada pelo exemplo da Revolução Chinesa.

Cabe destacar que esta análise, realizada por Loner, de que o PCB seguia cegamente as diretrizes da IC não são unânimes, mas contestadas outros analistas, entre eles Michel Zaidan Filho. “De nossa parte vimos insistindo já há algum tempo, na relativa autonomia do PCB em relação à internacional comunista e na especificidade da elaboração teórico-política do PCB durante os anos [19]20, especificidade esta que se consubstancia na chamada “Revolução Democrática Pequeno-burguesa” e cuja materialização tática encontra-se tanto nas experiências de articulação político-eleitoral com a pequena burguesia urbana (Bloco Operário), como na busca de alianças com o tenentismo (ZAIDAN FILHO, 1989, p. 10).

A Revolução Chinesa vai mostrar a possibilidade concreta de vitória de uma revolução de um país atrasado, dependente e colonial. Isso inflama a imaginação dos PCs

⁸ Kominform era o nome do birô de informações, órgão formado pelos representantes dos 8 principais partidos comunistas europeus, mais o russo. Com sede inicialmente em Belgrado e depois em Bucareste, editando seu jornal semanal em várias línguas.

cujos países estariam teoricamente na mesma condição. O PCB, no primeiro momento, converte esta influência na tese de que é chegada a hora de lutar pela derrubada do governo, passando à formação da Frente Democrática de Libertação Nacional e seu exército. É o período do “Manifesto de Agosto” e, na procura de pôr em prática sua linha política, que o partido levará os comunistas de Livramento a saírem, mesmo que na ilegalidade, a picharem as palavras FDLN e serem fuzilados.

Mais tarde, frente ao absoluto fracasso na formação da FDLN, com os prejuízos sofridos, especialmente no trabalho sindical, o Partido é forçado a revisar sua linha política, embora ainda dentro dos marcos do “Manifesto”. Essa revisão virá posteriormente e a expressão máxima será o programa do IV Congresso do PCB, sendo um momento transitório entre o “Manifesto” e sua orientação nacionalista e reformista posterior. Nela, o movimento pela paz já tem um sentido de ampliar, ao máximo, o período de paz. Assim, o imperialismo combatido é, prioritariamente, o norte-americano, dentro da política de explorar ao máximo as contradições imperialistas. Embora as tarefas básicas da revolução permaneçam as mesmas, no plano teórico considera-se necessário uma clara delimitação entre uma etapa e outra. A burguesia nacional é agora admitida entre as forças revolucionárias, embora a direção ainda caiba ao proletariado, e continua-se a lutar pela derrubada do governo e tomada do poder.

Sobre esta última afirmação ressalte-se que o PCB admite a pequena burguesia e a burguesia nacional com contradições ao imperialismo e ao latifúndio, pois são, importantes em um primeiro momento, o de romper com as forças do atraso, entenda-se imperialismo e latifúndio o que Alberto Passos Guimarães chamou de “resquícios feudais” (GUIMARAES, 1979, p. 21-40).

Neste aspecto, torna-se importante compreender a importância dos meios de informação utilizados pelo Partido na época, forma utilizada como meios de difusão de suas ideias. O PCB lança, em agosto de 1947, a revista teórica *Problemas*, tendo como objetivo a difusão do marxismo-leninismo no Brasil. Apresenta-se como uma “revista em defesa da democracia, do progresso e da independência de nossa pátria”. Pretende difundir e discutir os conceitos básicos do marxismo-leninismo, bem como estudar casos concretos de sua aplicação. Saem 73 números da revista, de agosto de 1947 a março de 1956, quando sua publicação é interrompida com a crise causada nos meios comunistas pelas revelações do informe secreto de Nikita Krutchev, no XX Congresso do PCUS.

Seus editores foram Carlos Marighella, Diógenes de Arruda Câmara e Victor Konder, publicação da editorial Vitória, Rio de Janeiro. Sendo publicação legal, é facilmente

encontrada em bancas e têm assinantes pelo país inteiro. Ao longo de sua existência, nunca sofre interrupção de continuidade, embora variasse sua periodicidade de mensal a bimensal. Sua tiragem total, dos primeiros 12 meses chega a 120 mil exemplares, o que dá uma média, por número de 10 mil exemplares. É um número nada desprezível, dadas as condições de desarticulação e repressão que pesam sobre o Partido. Sua leitura era considerada, pela direção, necessária a todo o militante, como forma de elevar o nível teórico e ideológico do Partido.

Seu preço permanece constante de 1947 até fins de 1954, o que indica que, provavelmente, seu custo é subsidiado dado à inflação constante daqueles anos.

A revista *Problemas* sempre esteve sob o controle da Comissão Executiva do Partido. Inicialmente, dirigida por Carlos Marighella, em fins de 1948, passa a ser dirigida por Arruda, “como diretor proprietário”, aparecendo após o número 33, Victor M. Konder como “diretor responsável”.

A mudança de direção caracteriza duas fases distintas da vida da revista. Enquanto Marighella era diretor, a revista trazia artigos estrangeiros e, também, vários artigos sobre a realidade brasileira de autores nacionais. Por exemplo, artigos de Miguel Almeida, sobre a atuação da “Bond and Share”, sobre a aviação comercial, sobre a política comercial brasileira e o imperialismo; de Osvaldo Peralva, sobre a influência norte-americana no controle do aparelho estatal do Brasil; de Arthur Cabral, sobre a questão do Petróleo; de Prestes: um estudo teórico sobre o campo e a reforma agrária. Alguns desses estudos analisavam, em profundidade, certos aspectos da interferência do imperialismo no Brasil. (BASBAUM, 1976, p. 113-116).

No entanto, a partir do momento em que Arruda se torna o diretor da revista, esses artigos desaparecem, e a revista torna-se mera reprodutora de informes do Comitê Central, da comissão executiva, de Prestes, ou de outros membros da direção sobre assuntos partidários. Enquanto isso, o número de artigos de autores estrangeiros, especialmente soviéticos, aumenta desmesuradamente, a tal ponto que vários números da revista só possuem, de artigos nacionais, o editorial, de 7 a 8 páginas, num total de 100 a 128 páginas da revista. Nesse contexto, o número 39 é exceção: apresenta apenas artigos de brasileiros (BASBAUM, 1976, p. 214).

Essa mudança na orientação da revista certamente corresponde a alguma mudança de planos do Comitê Central, pois, no número 12, ao comemorar o aniversário da revista, Marighella ressalta em editorial que a revista *Problemas* havia cumprido seu objetivo, mas

necessita dedicar-se mais, neste segundo ano, ao estudo da situação nacional e latino-americana. Entretanto, já no número 16, consuma-se a mudança de diretor e a revista torna-se ainda mais vinculada à Comissão Executiva, o que pode ser avaliado pelos seus editoriais. Enquanto sob a direção de Marighella, os editoriais eram sempre assinados por este ou, excepcionalmente, por Prestes. Arruda, como diretor, nunca assina os editoriais que passam a ser feitos por membros da comissão executiva, ou reproduzem documentos deste e do comitê central (PERALVA, 1962, p. 262).

Os críticos da época, como Peralva, relacionam as modificações na revista com a aproximação do PCB com os soviéticos no pós-guerra, que começa a se tornar maior por volta do número 14 da revista (outubro de 1948). *Problemas*, para ele, torna-se o “espelho fiel da dependência do Partido aos soviéticos, pois de número para número, vai aumentando a quantidade de artigos soviéticos, até que ela se transforma num boletim de transcrições de artigos soviéticos”. Outro autor que critica a excessiva fixação da revista em assuntos internacionais é Basbaum, argumentando que, desse modo, os leitores de *Problemas* (e sua leitura era obrigatória) sabiam tudo sobre a Bulgária, a Polônia ou sobre a URSS e nada sobre o Brasil (BAUSBAM, 1976, p. 214).

Problemas acompanha passo a passo a orientação do PCB e também traz as principais inflexões do movimento comunista em suas páginas. Nascida com a chamada Guerra Fria, ela apresentará, de início, a mesma dubiedade que caracteriza o PCB antes da extinção dos mandatos: há a percepção que a realidade está mudando, incorpora alguns traços do discurso comunista do período em sua linguagem, mas não modifica significativamente a atividade partidária. O mês de Janeiro de 1948, entretanto, marca a virada na orientação política do Partido e, conseqüentemente, da revista. Seu tom passa a ser muito mais agressivo em relação ao governo e ao imperialismo, buscando incentivar os movimentos de protesto, apresentando o momento como de ascenso do movimento de massas (MARIGHELLA, *Problemas* n. 10, 1948, p. 7).

Em 1950, quando a proposta do PCB evolui para a formação de um “Exército de Libertação Nacional” e a luta pela tomada do poder, a revista vai apresentar, em suas páginas finais, trechos de documentos dos clássicos sobre a insurreição armada.

Há sempre um clima de otimismo quanto à vitória da revolução. Os finais de artigos trazem, ao pé de páginas, frases evocativas da superioridade das forças que lutam pela paz e pelo socialismo, da inevitabilidade histórica do mesmo, da necessidade da luta armada para alcançar o poder. Ao longo dos seus 73 números, *Problemas* não vai deixar de trazer os

principais documentos do movimento comunista internacional, como é o caso dos documentos do XIX e XX Congresso do PCUS, dos informes das conferências, do bureau de informações, artigos e entrevistas de Stalin.

A revista tem duas seções fixas: “Nossa Política”, que traz os editoriais e “Figuras do Movimento Operário”, onde pretende contar a história de líderes e heróis do movimento comunista. Também nessa seção, a maioria de artigos é de estrangeiros e sobre estrangeiros. Dentre os temas nacionais, ressaltam-se dois sobre os operários e a biografia de Prestes. Sempre buscando ressaltar os padrões de comportamento proletário.

Prestes realiza avaliação autocrítica sobre a linha anterior do Partido, salientando como principais erros apontados: o silêncio em relação aos objetivos revolucionários do Partido, extrema preocupação com a “ordem e tranquilidade”; insistência na política de mão estendida ao governo, mesmo quando este já se mostrara “mero instrumento da reação e do imperialismo”; ilusões reformistas em conquistas parlamentares, utilização apenas de formas legais de lutas, descartando as greves, o que desarmou o movimento operário e o Partido frente à repressão; aparecimento de tendências esquerdistas na luta pela paz e o desenvolvimento pacífico, desvio direitista que levava o partido a subestimar as lutas de massas e a própria necessidade da atividade partidária. Acompanhemos o líder revolucionário, em seu artigo na revista *Problemas*:

Insistimos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneas uma provocação perigosa e sempre contrária aos interesses do proletariado. Quando as massas se lançavam à luta, eram os comunistas que dela fugiam ou as afastavam da luta em nome da ordem, para evitar provocações. Essa crítica que fazem à política de união nacional não avança no sentido de questionar a teoria dessa política, sendo que, desta forma, não são questionados os fundamentos do Stalinismo e a prática de subordinação do PCB à orientação soviética permanecem incólumes não sendo sequer tocados pela análise. (PRESTES, 1949, p 34).

Será com a radicalização do “Manifesto de Agosto” que o PCB dá sua imediata resposta à extinção dos mandatos e à própria cassação do Partido. No momento político em que é lançado o “Manifesto”, em agosto de 1950, o Brasil está perto de uma eleição presidencial, e a disputa eleitoral entre os candidatos reanima as esperanças de um governo democrático. O PCB, através do “Manifesto”, porém, chega à conclusão que a melhor forma

de contribuir para a manutenção da paz no mundo é tornar vitoriosa a luta pelo Programa do “Manifesto” de 1 agosto de 1950 .

Em abril de 1953, sai o número 45 da *Problemas* tarjada de luto pela a morte de Stalin, recentemente ocorrida. Para o PCB, a luta pela paz agora é pelas liberdades democráticas e entendida no contexto da luta contra o governo de Getúlio Vargas e, especialmente, como luta pela garantia das conquistas populares registradas na carta constitucional de 1946.

2.3 Autocrítica ao “Manifesto de Agosto”

Após o quase isolamento do Partido em relação às massas, em dezembro de 1953, no lançamento do projeto de programa para o IV Congresso, Prestes realizará a crítica ao Manifesto, agora considerado fonte de posições sectárias e esquerdistas. Recorre a Stalin para provar que, ao formular o programa de agosto, os comunistas esqueciam a diferença entre as duas etapas da revolução nos países coloniais e dependentes (*Problemas*, n. 54, p. 33). O carácter da revolução seria democrático-burguês, no qual a burguesia tem um importante papel a cumprir no bloco revolucionário.

O PCB admitia como um erro a inclusão, no Manifesto, de pontos que iam contra os interesses burgueses, como a nacionalização dos bancos e grandes empresas industriais.

Esta autocrítica de 1954 salienta a interpretação do Partido de que ocorreu um “desvio” da teoria correta, considera não se ter aplicado com acerto a teoria marxista-leninista ao estudo da realidade brasileira e, por isso, teria se baseado em boa parte sua atividade em concepções subjetivas, que levavam ao empirismo, ao paralelismo mecânico com outros países ou à repetição de formulas teóricas dentro das quais pretendia se, muitas vezes, colocar à força a realidade objetiva.

Embora, nos documentos partidários, a tática se apresenta em uma direção à esquerda, com a adoção da consigna de derrubada do atual governo, o PCB mantinha-se fiel ao ideário nacional e libertador que sempre norteara suas ações. Continuava presente na agenda dos comunistas, a conquista de um capitalismo autônomo, projeto a ser alcançado por meio da Revolução Nacional Libertadora.⁹

⁹ O PCB, em 11 de agosto de 1961 , através de seu comitê central , encaminha o programa e estatutos com o nome de Partido Comunista Brasileiro, junto com uma entrevista de Prestes, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para fins de registros do Partido, pretendendo obviar uma das alegações da cassação de 1947: a de que o Partido não era brasileiro, mas uma seção da Internacional Comunista. Mesmo assim, o registro foi negado. Em representação do CC, o programa e estatutos foram encaminhados por Prestes e João Amazonas.

Se o PCB, desde o início de sua formação, sofrera forte influência das ideias e posturas nacionalistas, estas se fortalecem nos anos de 1940 a 1950, quando o nacionalismo se tornara um verdadeiro divisor de águas, influenciando diretamente na adesão do PCB às teses nacionalistas com corte de esquerda (SODRÉ, 2006, p. 93).

É importante destacar que, mesmo com sua trajetória errática do “Manifesto de Agosto” à “Declaração de Março” de 1958, o PCB nunca vacilou quanto ao apoio ao campo socialista, frequentemente criticado pelas posturas trotsquistas e revisionistas.

2.4 As Greves e o Retorno da Repressão

1946 é o ano em que a abertura democrática começa a mostrar seus limites. Os comunistas, que vêm no embalo de 1945, depois de 23 anos de existência praticamente na ilegalidade, conquistam condições jamais vistas e desfrutadas na História da esquerda brasileira até então, passando a viver um sentimento de que “tudo é possível”. Seus militantes interferem de forma incisiva na conjuntura desse ano, festejando, de forma grandiosa, o aniversário de Prestes, comemorando os resultados das eleições ocorridas em dezembro, como se observa em suas publicações, tanto da revista *Libertação*¹⁰, como em seu órgão de imprensa, a *Tribuna Popular*. A *Libertação* e o jornal *Tribuna Popular* aparecem em 14 de abril de 1945, em Porto Alegre, sobre o lema democratização, progresso e organização unitária do povo. Seu nome faz referência ao momento de luta contra o nazi-fascismo e o Estado Novo. Fundada por Décio Freitas e Sibilis da Rocha Vianna, foi o semanário da intelectualidade comunista. *Libertação* circulou até 1946, quando foi substituída pela *Tribuna Gaúcha* (MARÇAL, 2004, p. 161).

Contudo, para o PCB, apesar do grande entusiasmo que envolvia a militância, os acontecimentos lhes impõem pesadas adversidades, alguns dos quais irão custar a própria legalidade ou a vida, como no caso do massacre de Livramento.

Diferente de 1945, as atividades desenvolvidas pelo Partido, ao longo de 1946 e 1947, concentram-se no movimento operário e nas sucessivas greves em que estavam envolvidos. Após a conquista da Assembleia Nacional Constituinte e da eleição de Prestes como senador e seus deputados federais, dentre eles, o secretário geral do Partido no Rio Grande do Sul, Abílio Fernandes, os comunistas concentram suas expectativas na constituição a ser

¹⁰ Revista oficial do Partido Comunista na década de 40. Foi utilizada como meio de difusão das políticas do Partido Comunista, principalmente relação dos comunistas e a constituinte em 9/01/1946, p. 1.

elaborada, pensando ser este um passo na marcha para a democracia. A Assembleia Constituinte não adquire importância apenas por ser uma possibilidade democratizante, mas também por se dar pacificamente e, através dela, resolver problemas econômicos e sociais dentro da ordem, além de anular a carta de 1937, elaborando uma nova Constituição.

Sobre as greves, cabe destacar as palavras pronunciadas por Otto Ohlweiller, que concorria ao parlamento federal e se pronuncia no programa irradiado pela Rádio Difusora de Porto Alegre, durante a campanha eleitoral. Ele considera que a situação econômica brasileira tinha uma origem na forma como o Estado Novo havia administrado os grandes problemas sociais e econômicos do país, acrescentando que soava como deboche falar no regime ditatorial sem mencionar a figura de Vargas. O candidato comunista chama a herança Vargas de restos do fascismo e diz que era necessário romper com o atraso feudal e com o servilismo que reina no campo. Indica que o caminho para a solução dessas questões encontra-se na entrega de terras aos camponeses pobres, que trabalhariam no sentido de aumentar a produção de gêneros alimentícios, elevando a capacidade aquisitiva dessa parcela da sociedade (MARTINS, 2007, p. 127).

É necessário destacar essa intervenção para ter-se a dimensão do programa mínimo defendido pelo Partido na ocasião das eleições. A militância comunista, nesse período, estava ligada ao MUT, apoiando as greves, mas, ao mesmo tempo, tendo prudência política, visto que sua postura de união nacional, não desejava uma conjuntura desestabilizadora. Porém, com a posse de Dutra e sua opção por diminuir as reservas nacionais, gerando aumento do custo de vida, o Partido converge com os movimentos sociais grevistas, que se acirram durante esse período.

Assim, aos poucos, a repressão vai se tornando mais acirrada. Em março de 1946, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte debatia as novas leis que norteariam a nação, Dutra faz uso da Constituição de 1937, ainda em vigor, para colocar o MUT na ilegalidade, tirando de circulação o organismo que os trabalhadores haviam construído com o propósito de romper com o corporativismo de Estado. O Presidente da República, nesse mesmo período, sanciona o Decreto Lei nº 9070 que restringe drasticamente o direito à greve, utilizando-se da atribuição que lhe conferia o artigo 180 da carta constitucional em vigor. Fica estabelecido, portanto, como fundamentos, uma série de atividades sobre as paralisações do trabalho, por parte dos empregados, estabelecendo os diversos ramos que a declaração da greve seria considerada falta grave acarretando a rescisão do contrato de trabalho.

O governo do Presidente Dutra é um dos mais truculentos da História Republicana. Contraditoriamente, é o primeiro presidente depois da queda do Estado Novo e aquele que deveria se reger pela Constituição de 1946, considerada uma carta democrática. Nos quatro anos de seu mandato, dezenas de comunistas tombaram assassinados pela ação das forças da repressão.

A Chacina de Livramento foi mais um desses episódios da barbárie implantada contra os trabalhadores naqueles tempos da chamada Guerra Fria. Foi nesse período que aumentou a ofensiva conservadora contra os movimentos operários e populares.

O envolvimento dos militantes do PCB como operários, na greve do Frigorífico Armour, que ocorre em abril de 1949, determina a vinculação direta do Partido com a luta dos trabalhadores da indústria da carne em Livramento. O livro de Marlon Assef, *Memórias da resistência da fronteira*, cita a participação da imprensa local relacionando esse episódio à atividade dos comunistas. Na edição de segunda-feira, 4 de abril de 1949, o jornal *O Republicano*, porta-voz da UDN local publica:

Como vinha sendo esperado de há muito, finalmente, sexta-feira última irrompeu o movimento grevista no frigorífico Armour desta cidade, sob o pretexto de pleitear o aumento de salários dos operários, daquele frigorífico e contra o desconto do imposto sindical, mas, na realidade, servindo aos designios revolucionários e subversivos dos comunistas, que procuraram acima de tudo a anarquia, a desordem e a desarmonia social. O movimento teve uma longa preparação psicológica, através da imprensa comunista da distribuição de boletins, subversivos, e da atuação desenvolvida pelos vereadores comunistas Lúcio Soares Neto e Solom Pereira Neto, na Câmara Municipal, procurando da tribuna daquela Câmara agitar os meios operários e sindicais e justificar o direito de greve, por que a greve, é preciso que se diga, embora uma faculdade constitucional, por não ser de auto aplicação e depender de regulamentação legal, praticamente não existe em nosso país (*O Republicano apud ASSEF, 2009, p. 43*).

Era voz corrente na cidade de que os líderes grevistas presos seriam levados para Porto Alegre. Sobre este episódio, Hugo Nequessauer, em entrevista realizada a Assef, salienta:

A tensão pulsante daquelas horas entre os companheiros do frigorífico e o secretário do Partido, era visível, Hugo narra que discutiram, como deveriam reagir, caso a repressão se voltasse contra o movimento, segundo ele,

estavam escondidos em um fundo de quintal, de uma modesta casa nas cercanias do Frigorífico, passaram a noite despistando a polícia, correndo risco de vida. (...) Estávamos nos fundos de uma casa de gente muito pobre, e de madrugada, é que se deu o caos. As mulheres dos companheiros presos foram exigir, chorando, uma solução. Elas diziam que seus maridos presos seriam levados para Porto Alegre, no trem que saia de manhã e que ninguém sabia o que podia acontecer. (...) Lúcio, como secretário do Partido, não resistiu ao apelo desconcertante das companheiras, angustiadas pela incerteza da luta e o que poderia acontecer aos seus maridos (ASSEF, 2009, p. 87-91).

Nequessauer recorda ainda que Lúcio lhe determina mais uma das missões quase suicidas que já faziam parte do seu cotidiano da luta. O velho militante comunista rememora: “No portão do Armour a greve estava fervendo, milhares de pessoas quase dentro da fábrica, e o Lúcio manda a mim que fosse ao bairro Wilson, na estação ferroviária, e conquistasse brigando a liberdade dos comunistas que iam ser levados no trem para Porto Alegre”.

Lúcio lhe teria dito que fosse ao Armour, que convocasse o máximo de gente e juntos fossem até a estação do Wilson, que subisse no último vagão, passassem por todos e mandassem que eles descessem do trem, isso sem dizer aos companheiros qual era missão que o Partido determinava. A missão era ele sozinho armado com um revólver 38, subir no trem e exigir a liberdade dos companheiros.

Segundo Hugo Nequessauer, sua missão era de extremo perigo, porém a realizou. Esperou o trem e, conforme combinado com Lúcio, ofereceu seu sacrifício pela liberdade dos companheiros. Pretendia libertar os operários Felício, Aladim, Horalicio, Pedro e Adair. Também deveriam estar no trem Juvelino, Nazário, Juventino, Antônio, Ernesto e Toríbio. Com a arma dissimulada no bolso, percorreu os vagões e um dos passageiros, conhecido seu, disse-lhe: “Os teus companheiros ficaram detidos na delegacia, de onde só sairão depois de sumariamente demitidos do frigorífico”.

De acordo com Nequessauer, ele desceu na próxima estação, em Palomas, e empreendeu uma arriscada caminhada, rumo ao centro do conflito novamente. Enquanto percorria os quilômetros que o separavam da cidade, conta que mal poderia supor que, pouco mais de um ano depois, veria quatro de seus companheiros chacinados em frente ao Parque Internacional.

Para o militante comunista, ser revolucionário era viver a plenitude da moral comunista, que preconizava a destruição de uma ordem social desigual e farta de valores injustos. Asseverou ainda que, quando guri, morador das cercanias da Charqueada São Paulo,

conheceu Santos Soares, secretário do Partido e legítimo líder do operariado santanense. Experimentou a grande transformação ocasionada pela Revolução Socialista Soviética, que o fez comunista de corpo e alma, quando um vizinho seu o fez ler uma carta em que Olga Benário Prestes relatava a vida na prisão nazista. As agruras vividas pela pequenina filha de Olga e do líder Luiz Carlos Prestes comoveram o jovem aprendiz de pedreiro, ele, então com 18 anos, despertando para sempre para esse ideal de transformação. Ao mesmo tempo, sob a influência da Guerra Civil Espanhola, o momento exigia ser preciso tomar uma posição e mudar o mundo enquanto era tempo.

Hugo Nequessauer, nessa entrevista, realiza um desabafo quanto à situação que ele e Lúcio Soares Neto, que assumia a secretaria do Partido, viveram no final dos anos 1940. Considera que o momento era de altos e baixos. Unia-os uma obsessão pela luta operária, pela justiça social, o afrontamento aos poderosos da oligarquia local e aos “gringos” do frigorífico. Afastava-os, no entanto, o fato de serem de classes sociais distintas. Hugo diz que questionava alguns valores que creditava à origem pequeno burguesa de Lúcio e isso constantemente os levava a posições conflitantes, porém, como soldado da causa, cumpria as ordens que vinham do líder partidário, embora, muitas vezes, desconfiasse de suas reais intenções (ASSEF, 2009, 87-91).

Em alguns momentos, diz Nequessauer:

Colocava-me em missões que seguramente eu morreria, mas não morri nunca, Hugo diz que acreditava que Lúcio o achava um elemento da polícia plantando no partido. Às vezes me perseguia, porque achava que não podia ser tão inteligente, eu um simples operário, não poderia ter tanta formação como ele, isso aconteceu, não sei se estou certo (ASSEF, 2009, p. 97).

Pode-se destacar, nesse depoimento de Hugo Nequessauer, a doação militante daqueles homens que, de origem operária, dirigidos pelo Partido, assumem a luta sindical como uma consequência da luta de classes, não agindo como máquinas, dirigidas por ideias alheias a sua vida, como quer pensar certa historiografia em relação à atuação dos comunistas e socialistas dos anos 1940 (ASSEF, 2009, p. 102). Por certo esses militantes estavam envolvidos em um cenário internacional que os impulsava na procura de uma nova hegemonia social, a partir de suas próprias lutas operárias e sindicais.

A característica emocional desse depoimento permite-nos, entretanto, compreender as condições objetivas daquele período, vividas pelo personagem. O episódio do dia 24 de

setembro de 1950, na fronteira Santana do Livramento-Rivera, não diminui a dimensão trágica dos fatos que resultaram na morte de quatro ativistas políticos e de uma dezena de feridos.

O governo do presidente Dutra reprime trabalhadores e seus representantes, fossem comunistas ou mesmo nacionalistas, deixando claro o alinhamento de seu governo à Doutrina Truman e, como consequência da chamada Guerra Fria, aplicando, impiedosamente, a DSN, doutrina esta formalizada depois da Segunda Guerra Mundial, na ESG e no pensamento militar (FAORO, 2000, p. 195).

A DSN surge em março de 1947, quando o presidente estadunidense Harry Truman afirma que os EUA estão dispostos a conter o avanço comunista, intervindo militarmente nos focos de perturbação. Qualquer agressão aos regimes simpatizantes à política externa dos EUA seria considerada como agressão nacional, visando, sobretudo, garantir a segurança do Estado contra a “subversão da lei e da ordem”. Cabe ressaltar, porém, que essa doutrina também remonta ao Tribunal Superior Militar (TSM), instituído em setembro de 1936 e extinto após a queda do Estado Novo, em 1945, subordinado à Justiça Militar, estando ligada aos acontecimentos que envolvem a Insurreição Nacional Libertadora de 1935, ocorrido durante o governo Vargas, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Uma das atividades de destaque dos comunistas de Livramento é a pichação, considerada uma das principais formas de divulgação de suas candidaturas. As autoridades locais, no entanto, proíbem essa prática.

Em 1950, vive-se o início de um grande processo eleitoral. O debate eleitoral é acompanhado de acirradas discussões a respeito da greve que ocorrera no Frigorífico Armour, em 1949. A greve fora encarada pelos comunistas como um combate à “exploração exercida pelo capital estrangeiro, em relação à mão-de-obra operária da região.” A polícia local está atenta à “apologia do comunismo” e disposta a reprimir pichações (ASSEF, 2009, p. 103).

Em 24 de setembro – dia da chacina – um grupo de militantes se reúne no Café Tupinambá, ao largo da Praça Internacional, espaço divisório entre Rivera e Livramento. A Praça Internacional foi fundada em 1942, com o propósito de delinear um símbolo de união entre as duas cidades e países.

O grupo comunista está disposto a fazer pichações e traz material para isso. O soldado Caetano Trindade avisa o delegado Miguel Zacarias que “a turma do Lúcio” – Lúcio Soares Neto, advogado e candidato a vereador pelo PST – ia pichar muros e calçadas com propaganda comunista. O delegado planeja encurralar o grupo quando ele chegar frente à

delegacia, mas não se contém e marcha para a Praça Internacional. Essas informações são retiradas da entrevista de Hugo Nequessauer, na qual ele descreve de forma lacônica como teria ocorrido o início da chacina:

A chegada dos policiais não intimidou os ativistas, que continuaram as pichações na Rua Rivadavia Correa e na Rua dos Andradas. O delegado Zacarias ficou possesso e chutou um balde de tinta. Um dos pichadores, o comerciante Ari Kulman, ergueu-se subitamente com um pincel na mão e recebeu uma bala no peito. Tentou correr, mas logo caiu desfalecido.

(Depoimento gravado pelo sobrevivente da chacina Hugo Nequessauer, realizada em 2012 (ASSEF, 2009, p. 104).

Desse enfrentamento, resultam mortos os quatro militantes comunistas e muitos feridos, tanto militantes como policiais.

3 - A Chacina dos 4 As

O capítulo que hora se inicia propõe-se a enfocar a Chacina, com uma perspectiva comparativa, destacando duas versões com ângulos diferentes sobre o caso – a dos comunistas e a dos policiais –, bem como o nosso próprio entendimento, uma vez que, o conjunto de tantas versões controversas possibilita-nos aferir, também, nossa avaliação sobre os acontecimentos.

Entre essas versões, destacam-se a do Partido Comunista e a dos policiais, essa última expressa pelo jornal *Folha da Tarde*. A do PCB revela nos depoimentos de seus militantes, ativos participantes e sobreviventes do episódio, entre eles o sindicalista Hugo Nequesauer, o militante Perseverando Santana e o próprio secretário político do partido, Lúcio Soares Neto. Essas diferentes versões se encontram também nos autos do processo, mais o entendimento da Justiça a respeito.

Em um quadro conjuntural adverso aos comunistas, estes tentam participar das eleições como candidatos de uma Frente de Libertação Nacional, os chamados “candidatos de Prestes”. Não é coincidência serem, em sua maioria, operários e líderes sindicais da empresa Armour. A repressão tenta aniquilar, em Santana do Livramento, a agitação dos trabalhadores da cidade que historicamente seria centro dos frigoríficos e, também, de resistência operária.

Mesmo com a ilegalidade dos comunistas, eles vivem o início de um grande processo eleitoral em que o debate é acompanhado de acirradas discussões a respeito da greve ocorrida no frigorífico Armour, em 1949. A greve é encarada pelos comunistas como um combate à exploração exercida pelo capital estrangeiro em relação à mão de obra operária da região. A polícia local está atenta à “apologia do comunismo” e disposta a reprimir as pichações e manifestações decorrentes da prática militante.

O mundo enfrentava, nos anos 1940 e 1950, tanto na Europa Oriental, na Ásia e mesmo nas lutas de libertação colonial, na América e na África, condições internacionais favoráveis para a luta comunista. Em contraposição à ação dos revolucionários, que lutavam pelo socialismo, as forças reacionárias estavam cada vez mais decididas a interromper esse processo.

Esse fantasma, ao qual Marx e Friedrich Engels se referiam quando escreveram *O Manifesto Comunista*, era a luta transformadora que agia no sentido da mudança do modo de produção capitalista transitando ao socialismo.

As classes dominantes não podem permitir que essa onda revolucionária mundial se instale no Brasil, acrescida pelo grande prestígio que o Partido Comunista vem alcançando junto às massas operárias e camponesas. A repressão, que nunca cedeu às leis da República voltar-se-ia essencialmente contra os comunistas.

Os comícios convocados pelos partidários do socialismo e seus aliados após a cassação, na maioria das vezes, terminam em pancadaria ou até assassinatos. Fatos como esses acontecem, em Minas Gerais, durante o ano de 1948. O vereador do PCB, William Diaz Gomes, líder dos mineiros, da cidade de Morro Velho, é assassinado em pleno comício, enquanto discursa para a sua classe. Os camponeses comunistas, da cidade de Tupã, Pedro Godoy e Miguel Rossi, líderes dos trabalhadores rurais, também são assassinados.

Pode-se observar que as perseguições aos comunistas se generalizam no país, sendo, muitas vezes, justificadas pela imprensa que criminaliza qualquer atividade comunista como “subversiva”.

O jornal *Folha da Tarde*, em edição de 25 de setembro de 1950, noticia o fato sob o título: “Sangrento choque entre polícia e elementos comunistas”. Destacando como a imprensa se manifestava ao fato imediatamente ocorrido, encontramos a seguinte reportagem:

Foi abalada por violento conflito armado, ao anoitecer de ontem, ocorrido nesta cidade [Santana do Livramento], o combate travado entre a polícia local e elementos comunistas, do qual resultou a morte de 4 pessoas e ferimentos em outras 8 (*Folha da Tarde*, 25 de setembro de 1950, p. 2).

Continua a reportagem:

Desde a noite de sexta-feira, era grande a agitação na cidade, provocada pela a atitude dos que, inesperadamente, pichavam os principais logradouros, concitando o povo a se rebelarem contra as autoridades e escrevendo ainda distintas propagandas políticas, indicando como candidatos do Sr. Luiz Carlos Prestes, os comunistas Solom Pereira Neto e Aladim Rossales. Ao tomar conhecimento da ostensiva propaganda vermelha, a polícia providenciou a retirada de todos os cartazes comunistas e passou a exercer severa vigilância. Tomando conhecimento da nova iniciativa dos comunistas, o delegado Miguel Zacarias, à frente de um grupo de policias, dirigiu-se para o Parque Internacional. Ali chegando, deu voz de prisão aos elementos que estavam pintando as paredes. Nessa altura dos acontecimentos, entretanto, os diversos elementos comunistas que se encontravam no Parque Internacional,

escondidos atrás das árvores e automóveis, resolveram reagir e procuraram agredir as autoridades. Partiu, então, o primeiro disparo dos comunistas, que foi atingir o delegado Zacarias no pé. Percebendo a cilada, em que haviam caído, os policiais sacaram de suas armas, seguindo-se, então, demorada troca de tiros entre os policiais e os comunistas, que só veio a terminar com a intervenção das forças do exército. Terminado o tiroteio, após a fuga dos comunistas, para a cidade uruguaia de Rivera, constatou-se que do conflito resultara, além de ferimentos dos policiais: Miguel Zacarias, delegado; Arno Castilho, subdelegado; Vidal V. da Cunha, inspetor; Dilan Cunha, escriturário e o Soldado Caetano Trindade. Havia perecido os comunistas: Aladim Rossales, ex-empregado do Armour; Aristides Correa Leite, dono de livraria nesta cidade; Abdias da Rocha, agricultor e Ary Kullman, proprietário de restaurante nesta cidade. Segundo informações colhidas por nossa reportagem, na delegacia de polícia, com o inspetor José Antônio Said, três outros comunistas, haviam sido feridos e se encontravam em Rivera, onde se hospitalizaram. Na delegacia, estão presos outros quatro comunistas que não conseguiram fugir para Rivera, são eles: Lineu Ribas Teixeira, o vereador Solom Pereira Neto, os indivíduos conhecidos pelas alcunhas de Braga e Ataides.

Nesta primeira manifestação da imprensa, que colheu informações junto à polícia local, como se pode observar, os fatos teriam ocorrido segundo as autoridades policiais relataram. Observe-se que a reportagem jornalística apresentava os “comunistas” como grupo que estava de tocaia e teriam submetido as autoridades policiais a uma emboscada. A reportagem é inequívoca em sugerir que os pichadores estavam escondidos atrás de árvores e carros e que, ao mesmo tempo, abriram fogo após a ordem de prisão.

A mesma reportagem transcreve a comunicação dos acontecimentos feita pelo delegado Zacarias ao chefe da Polícia Estadual, coronel Dagoberto Gonçalves:

Na madrugada de hoje, o chefe de polícia do Estado, recebeu a comunicação dos acontecimentos de Livramento, através de um radiograma, ele foi enviado pelo delegado de polícia Dr. Miguel Zacarias nos seguintes termos: Coronel Dagoberto Gonçalves – Chefe de Polícia: “Comunico a Vossa Excelência que ontem, às primeiras horas da noite, comunistas, burlando a vigilância do patrulhamento da cidade, inseriram nas ruas principais dizeres alusivos à Prestes e seus candidatos à deputação, cuja inscrição fora negada pelo tribunal eleitoral. Ainda pela madrugada, tive conhecimento de tal fato, tendo destruído a propaganda referida. Hoje à tardinha, fui informado que os

elementos comunistas, mais ou menos às 22 horas da noite, pretendiam, à força, realizar os pichamentos de inscrição referentes a Prestes e adeptos do mesmo credo. Entrei em ligação com o Coronel Ciro de Abreu, comandante da guarnição federal e o Coronel Eleu, comandante do regimento da Brigada Militar. Tomadas as medidas de prevenção, fomos, entretanto, surpreendidos quanto à hora em que os comunistas, em grupo, iniciaram seu trabalho visando, naturalmente, à desmoralização pública da autoridade. Logo que os pressentimos nas proximidades do Parque Internacional, avisamos o regimento da Brigada Militar e nos dirigimos aos comunistas, que tinham à frente o conhecido Lúcio Soares Neto. Saudações. Miguel Zacarias. Delegado de Polícia (*Folha da Tarde*, 25 de agosto de 1950, p. 1)

A transcrição do comunicado realizado pelo delegado, ao comando da Brigada Militar, também destaca sua visão dos fatos, as medidas tomadas por ele e como foram emitidas:

Nesse comeditamento, nos acompanhavam os inspetores Castilhos, Vidal V. da Cunha, Alcides Gonçalves, Assis Macedo, o escrivão Edson Cunha, além do tenente Espírito Santo, com um grupo de choque, de homens da Brigada. Logo que o inspetor Castilhos pronunciou as primeiras palavras, no sentido de evitar a atitude que um grupo de comunistas pretendia tomar, fomos, inesperadamente, alvejados, tendo eu e os inspetores Castilho e Vidal sido imediatamente feridos levemente, ficando o escrivão Edson Cunha mais gravemente ferido. Também saiu ferido o Soldado Trindade. Repelimos também a agressão à bala, durante o tiroteio, que foi intenso alguns minutos, até quando chegou ao local uma patrulha de reforço da Brigada Militar. Os comunistas fugiram para a vizinha cidade de Rivera, deixando três mortos e um ferido gravemente, que veio a falecer logo após, no hospital, e mais três prisioneiros. Entre os mortos comunistas figuram: Aladim Rossales, Aristides Correa e encontra-se gravemente ferido Ary Kullmam e, entre os prisioneiros, está Solom Pereira Neto, vereador desta cidade. O comandante da guarnição assumiu a direção das medidas cautelares a fim de evitar novos acontecimentos, tendo ficado restabelecida a ordem na cidade, que se acha cercada por todos os elementos da guarnição local e, inclusive, neste momento, encontram-se realizando segurança nos portões do Frigorífico Swift.

Ainda nesta edição da *Folha da Tarde*, de 25 de setembro de 1950, encontra-se a notícia de que o enterro dos mortos é marcado pela polícia para ser realizado às 16 horas,

porém, tendo em vista que os “partidários comunistas” estariam chamando um comício, o enterro foi cancelado.

A vigilância é intensa na cidade, sendo que o próprio Frigorífico está ocupado pelo Exército. O chefe da Polícia Estadual determina que o Delegado Regional de Alegrete, Antônio Mularo, viaje a Livramento para ouvir os indiciados. Os comunistas presos deverão ser autuados em flagrante, por delito de ferimento e por fazer propaganda revolucionária através de pichamento e cartazes.

Segundo informações do delegado Henrique Heminton, Ary Kullmam é o líder dos comunistas e já havia cumprido pena na casa de correção, tendo sido várias vezes preso pela antiga polícia de ordem social Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS). Aladim Rossales, Abdias da Rocha e Aristides Correa são também apontados como líderes comunistas e, dos fatos, resultam o total de doze pessoas feridas e quatro mortos.

A declaração realizada pelo Delegado Zacarias é de que, ao chegar ao Parque Internacional, próximo ao Café Tupinambá, teria sido surpreendido por três homens do serviço de pichamento, tendo sido os mesmos abordados pela Polícia e sido alvejados por outros elementos que se ocultavam detrás de automóveis, entre os quais estariam Lúcio Soares Neto e Solom Pereira Neto.

O Delegado Zacarias completa seu depoimento afirmando que o número de comunistas é de, aproximadamente, 30 e que teriam agido de emboscada, todos armados com revólver calibre 38. Ainda comenta o Delegado Zacarias, dizendo que ele teria sido ferido no pé direito e o policial Edson Cunha teria sido atingido com uma bala na boca e outra nas costas, sendo que esse projétil foi extraído e permanece outro alojado na altura do peito. O inspetor Vidal Cunha recebe um tiro no pescoço, enquanto que o soldado Trindade sofre um tiro na perna, com fratura da mesma.

Quanto aos elementos comunistas feridos, sabe-se que o vereador Solom Pereira Neto encontra-se no Quartel da Brigada, é atingido por projétil no rosto, sendo que seu estado não é grave. Quanto aos demais, nada se sabe a seu respeito, em virtude de que se encontram hospitalizados ou em Rivera.

Confirma-se que, em virtude dos acontecimentos, o comandante da Terceira Região Militar, viajara a Livramento, o General Olímpio da Cunha deveria chegar à cidade, em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), por volta das 16 horas do dia 25 de setembro.

Utilizam-se aqui as entrevistas transcritas no livro *Retratos do exílio, solidariedade e resistência na fronteira* (ASSEF, 2009 p. 95-97), que reproduz a versão de dois personagens

envolvidos no conflito: Hugo Nequessauer, participante direto, e Perseverando Santana que, na ocasião, está jantando no restaurante *Dona Maria*, no largo do Parque Internacional. Perseverando destaca:

O ponto inicial do episódio foi uma pichação interrompida pela polícia. O ato político ocorreria em um tapume onde estava sendo construído o prédio do Palácio do Comércio, que posteriormente se consolidaria em um tradicional ponto comercial e de escritórios, em frente ao Parque, do lado brasileiro (ASSEF, 2009 p. 95).

Perseverando Santana e Hugo Nequesauer, ambos integrantes e militantes do PCB, expressam aqui o que será a visão dos comunistas sobre o enfrentamento ocorrido no parque internacional, uma vez que Lúcio Soares Neto encontra-se foragido no Uruguai. Segundo Perseverando:

Os comunistas, reunidos em torno da sigla do Partido Republicano, apoiavam o candidato Solom Pereira Neto; a ação apanhou os militantes de surpresa. O clima já era tenso entre a polícia e os militantes que já haviam sido advertidos em outra ocasião, e isso demonstrava que o enfrentamento poderia ocorrer. Cerca de dez policiais, entre civis e militares, encontram-se com o grupo de comunistas e chegam atirando. À frente, estava o inspetor Castilhos. Um dia antes do conflito, os policiais já haviam apagado outras pichações e ameaçado os militantes. O confronto ocorreu por volta das 22 horas, sete militantes faziam a segurança do grupo, sendo que cinco deles reagiram aos tiros de fogo da polícia, com uma rápida troca de tiros. O primeiro baleado foi Ary Kullman. Hélio Santana Alves confronta-se com os policiais, com um relho na mão, levou um tiro nas nádegas, Aristides Correa, dono da Livraria, tinha um pincel na mão quando foi baleado no peito, o militante Santos Rodrigues também foi atingido nas pernas e caiu ferido. O operário do Armour, Aladim Rossales, levou um tiro à queima roupa, agarrou-se em um poste e caiu sem vida logo em seguida. Abdias da Rocha, da mesma forma, desfaleceu no local. Ary Kullman, o primeiro baleado, conseguiu entrar no café Tupinambá com uma bala que lhe varou a boca, foi imediatamente levado ao hospital ainda com vida, onde veio a falecer. Os outros militantes comunistas que faziam a segurança seriam Sergio Holmos, Lúcio Soares Neto, Nequessauer, Doralicio Trindade, Pedro Perez, Santos e Gusmão.

Hugo Nequessauer, que sobrevive ao tiroteio, salienta que eles estavam completamente desprevenidos, embora ele admita estar armado como segurança do grupo. Enquanto os outros pintavam nos muros: “Fora o Fascismo” e “Abaixo o Imperialismo”, afirma que somente respondeu aos tiros da polícia.

O militante conhecido como Santos Rodrigues, uruguaio, ferido nas duas pernas arrastou-se ajudando Hélio, sendo que ambos cruzaram a linha divisória, abaixo de tiros. Segundo Hugo, eles seriam fuzilados pelos policiais santanenses se não fosse a intervenção da Polícia Uruguaia, que toma posição de impedir a continuidade do massacre.

Conforme a sua versão, para os envolvidos na Chacina do Parque, a única alternativa era fugir para Rivera. Lúcio Soares é baleado nas costas e levado para Rivera. Segundo Hugo Nequessauer, ele têm o seu revólver também como segurança. No Uruguai, é tratado por um médico de nome Polla, simpático aos comunistas.

Consta, nos depoimentos, que os réus foram levados ao júri na primeira sessão ordinária do julgamento no ano de 1953.

Ao pesquisar os Autos do Processo-crime, protocolados sob o número 5.983, que a Justiça Pública moveu contra os réus: Lúcio Soares Neto, secretário do PCB e candidato a vereador pelo PST; Solon Pereira e demais militantes, ainda extensivo aos inspetores e delegados de polícia Ario Castilhos e Miguel Zacarias e outros, por motivo dos crimes acusatórios oferecidos pelo Ministério Público, observamos que seria fixada a instalação dos trabalhos da primeira reunião ordinária do Tribunal do Júri para o dia 3 de fevereiro do ano 1953. As partes foram notificadas pelo Juiz de Direito da Primeira Vara, conforme despacho arrolado nas folhas 1.022 dos mencionados Autos de Processo-Crime, que passou a analisar os fatos segundo os registros judiciais.

Conforme os despachos das folhas 128 e 134 dos Autos, foi aceita a assistência de acusação requerida por Izolina Ferreira de Rossales, esposa de uma das vítimas, Aladin Rossales. Foram admitidos como advogados de acusação os advogados Antonio Pinheiro Machado Neto, Eron Canabarro, Eloar Guazelli e Julio Teixeira que, por sua vez, prestaram assistência particular às famílias de vítimas.

Entre os réus, Lúcio Soares Neto é acusado de ser o autor dos disparos que resultam na morte de Aristides Correa Leite, seu companheiro comunista. Aristides, segundo a acusação da Justiça Pública, teria morrido nos braços do delegado Miguel Zacarias, vítima dos tiros deflagrados por Lúcio que, visando atingir as autoridades (delegados, policiais e militares),

acertou seu próprio camarada com quatro balaços. Apesar do pedido do delegado, Lúcio continua atirando até matá-lo.

Como se pode observar, esta visão do Ministério Público já faz uso de uma visão unilateral e incrimina, de antemão, como réus os militantes comunistas.

Consta ainda nos Autos do Processo, nas folhas 108, 109, a procuração movida por Izolina Rossales, por motivo do assassinato de seu marido, Aladin Rossales, que aponta o delegado de polícia da cidade, Miguel Zacarias e os inspetores chefiados por ele: Ario Castilhos, Vidal Vieira da Cunha, Edson Cunha, Valdomiro Cesar, Alcides Macedo e alguns praças da Brigada Militar, como autores do crime sucedido no Parque Internacional, na noite de 24 de setembro de 1950.

A assistência particular de acusação instituída por Izolina Ferreira de Rossales, amparada no que dispõem o artigo 424, do Código de Processo Penal, requer a mudança do corpo de jurados, fundamentando serem eles jurados oriundos de cidade do interior, um pequeno grupo de funcionários públicos, comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais, intimamente ligados ao grupo dominante da cidade. Além disso, alega terem escassos conhecimentos de assuntos sociais, o que os torna inimigos de qualquer ideia nova, opondo-se, principalmente, a tudo que supõem ter qualquer ligação com o marxismo.

Izolina afirma:

Em Livramento, ainda é agravada a condição do corpo de jurados pela existência, nessa cidade, da poderosa e influente empresa ligada ao imperialismo americano, o frigorífico Armour. Um dos grupos de RR (réus) é o dos propagandistas, sobreviventes do tiroteio a que foram vítimas, na noite de 24 de setembro de 1950, na qual faziam, naquela ocasião, propaganda das candidaturas do operário da mesma empresa, meu esposo, Aladin Rossales, uma das vítimas e Solon Pereira Neto, os quais defendiam um programa da Frente Democrática de Libertação, organização que luta contra o imperialismo e o latifúndio. O outro grupo de RR é o dos policiais que friamente, corrigindo cuidadosamente a pontaria, como se verifica pela localização dos ferimentos das vítimas, consumaram o assassinato de quatro militantes, ferindo os demais.

Essa pronúncia, feita em júri (desaforamento) instituída por Izolina Rossales, questionando o corpo de jurados, é lida por seus advogados e complementada com a afirmação de que a imprensa, tida como séria, também influencia na tentativa de absolver os “homicidas necrófilos” que, após matarem, retém os cadáveres em seu poder, fazendo eles

mesmos seu enterro, numa demonstração de desprezo pelo sentimento das famílias das vítimas, com o mais sórdido sadismo. Os RR policiais tiveram e têm oportunidade de exercer pressão sobre os jurados que, apesar de tudo, mantêm uma posição de independência.

Em resposta à petição da senhora Izolina Ferreira de Rossales, a qual certifica-se ser viúva de Aladin Rossales, o relator do Processo, Ciro Pestana, responde que os jurados pertencem a várias classes sociais, que não tem elementos para considerar o corpo de jurados da comarca como intimamente ligados ou não ao grupo de fazendeiros e à empresa Frigorífico Armour e, dessa maneira, indefere tal pedido.

Como consequência das acusações de ambas as partes, o juiz de direito da Segunda Vara do crime, Arno S. Arpini, processa os inspetores de polícia e o delegado, além de Lúcio Soares Neto, Hélio Santana Alves, Santos Rodrigues e Hugo Nequessaer. Esses últimos encontram-se foragidos, sendo que os primeiros são recolhidos ao Presídio Municipal onde deveriam aguardar a próxima reunião do Tribunal do Júri, o que ocorreria nos primeiros dias de janeiro daquele ano.

Entre os mortos, confirma-se: Ary Kulmann, brasileiro, comerciante, militante comunista, contra quem constam vários ingressos na Justiça daquela Comarca; Abdias da Rocha, trabalhador do frigorífico Armour, a partir de 1917, o qual tem passagens na Justiça por conflitos de ordem sindical; Aladin Rossales, espanhol, integrante do sindicato da empresa Armour; e Aristides Correa Leite, funcionário da Armour, também proprietário de livraria.

Dos sobreviventes do tiroteio, são confirmados como os foragidos Lúcio Soares Neto Santos Rodrigues, Hélio Santana e Hugo Nequesauer, este de origem espanhola. Depreende-se dos relatórios feitos em júri, que o ponto inicial do episódio, que resulta nas mortes e feridos na noite de 24 de setembro, aproximadamente, às 22 h, no largo do Parque Internacional, teria sido uma pichação com palavras de apologia comunista, interrompida pela polícia. O ato político ocorreria em um tapume onde está sendo construído o prédio do Palácio do Comércio, em frente ao Parque, do lado brasileiro. Os integrantes do “partido proscrito comunista”, encontravam-se apoiando o candidato Solon Pereira Neto, candidato pelo PR, sendo que, em torno de 10 policiais, entre civis e militares, encontram-se com tal grupo de políticos. À frente, está o inspetor Castilhos e os demais réus deste processo.

Após a ordem de prisão, o grupo reage e há rápida troca de tiros; o primeiro baleado é Ary Kulmann, que cai no local, sendo levado para dentro do café Tupinambá, ferido com uma bala na boca. Encaminhado ao hospital, logo vem a falecer. Hélio Santana Alves é atingido

com um tiro na coluna e nas nádegas. Aristides Correa sofre um impacto de bala no peito, morrendo no local. Aladim Rossales leva um tiro nas costas, agarrando-se num poste, caindo logo em seguida. Abdias da Rocha, ferido, morre no local.

Consta que Santos Rodrigues, de nacionalidade uruguaia, é ferido na perna e se arrastando auxilia Lúcio e Hélio a fugirem para a cidade de Rivera. O soldado Caetano, integrante da policia militar, é ferido na perna, mas o restante da tropa da Brigada Militar não sofreu ferimentos.

O fato de, após o tiroteio, os corpos dos mortos terem permanecido no local durante a madrugada, sem que fosse permitido o respectivo velório pelas famílias das vítimas, baseia o despacho de pronúncia que teria dado o Juiz da Segunda Vara, decretando o processo e prisão do delegado, de seus inspetores e de alguns integrantes da Brigada Militar, bem como dos comunistas que se encontram foragidos e, portanto, em lugar incerto. A sentença é de que permanecessem presos aguardando a próxima reunião do Tribunal do Júri.

Pode-se deduzir que a atitude da Polícia em não permitir retirar os corpos dos mortos do local do crime será determinante na decisão do Juiz de indicar a prisão do delegado e seus inspetores. Por sua vez, a acusação do Ministério Público de que teria sido Lúcio Soares Neto o autor e responsável pela morte de seu companheiro Aristides Correa Leite motivaria ao Dr. Eron Canabarro, advogado das vítimas, solicitar a exumação dos corpos, o que lhe foi permitido realizar na qualidade de advogado das famílias das quatro vítimas que faleceram.

A exumação e a necropsia dos cadáveres seriam realizadas pelo Dr. Celso Paim, médico legista da quarta região, o qual, no cemitério local, na presença do Dr. Maximiliano Ziefer, legista da Delegacia de Polícia e do inspetor José Antonio Said, respondendo pelo expediente da delegacia de polícia e de funcionário do fórum lavram laudos, constando que as quatro vítimas haviam recebido ferimentos provenientes de tiros de metralhadoras.

A imprensa local que acompanha o processo crime, antes mesmo do início do julgamento, publica o processo da seguinte forma:

Conforme a notícia sobre o despacho de pronúncia do juiz de direito da segunda vara, o ilustre Dr. Arno Arpini, processou diversos inspetores de polícia, que foram recolhidos ao presídio municipal, onde aguardam a próxima reunião do tribunal do júri que será realizada nos primeiros dias de janeiro, encontram-se detidos os inspetores: Castilhos, Vidal Cunha, Eliseu Cunha, além do Delegado Miguel Zacarias e o inspetor Macedo. (Jornal *A Cidade* – dezembro de 1952)

A sentença é que os agentes da polícia local deverão ficar presos, por motivo do conflito provocado pelos comunistas, a sentença do senhor juiz de direito, pode ser jurídica, mas não pode ser considerada justa, por qualquer homem de bem. (Jornal *O Republicano* – dezembro de 1952.)

O Republicano manifesta estar estarecido como está a opinião pública santanense, motivada pelo recente despacho do ilustre Dr. Arno S. Arpini, juiz de direito da Segunda Vara da Comarca, que processou o Delegado Miguel Zacarias e os investigadores Ario Castilhos, Vidal da Cunha, Alcides Macedo e alguns praças da Brigada Militar, bem como os comunistas que se encontram foragidos em lugar incerto e não sabido, por motivo do conflito entre esses partidários do “credo vermelho” e as autoridades policiais da cidade, ocorrido no dia 24 de setembro de 1950, do qual resultam feridos aqueles policiais e mortos 4 comunistas.

Podemos constatar ainda que a ação criminal sob o número 5.983 – que a Justiça Pública moveu contra Lúcio Soares Neto e Solom Pereira Neto, como réus, e Ario Castilhos, Miguel Zacarias, inspetor e delegado, respectivamente, e outros por motivo dos assassinatos – fez com que se instalassem os trabalhos da seção ordinária do Tribunal do Júri, no dia 3 de fevereiro do ano de 1953.

Entre os réus, Lúcio Soares Neto teria sido acusado de ser o autor dos disparos que resultaram na morte de Aristides Correa Leite, seu companheiro comunista. Segundo a acusação do Ministério Público, Aristides Correa teria morrido nos braços do delegado Miguel Zacarias com quatro tiros. O corpo de jurados não encontrou evidências que pudessem considerar Lúcio Soares Neto como o autor de referido crime.

Em relação ao réu Miguel Zacarias, o delegado e os inspetores Ario Castilhos e outros indiciados pelo assassinato dos militantes comunistas Aladim Rossales, Aristides Correa Leites, Ary Kullman, Abdias da Rocha e demais feridos: Hélio Santana Alves, militante comunista, Santos Rodrigues, operário, e Solom Pereira Neto, além do próprio Lúcio Soares Neto, o corpo de jurados emitiu considerações quanto ao tiroteio ter sido generalizado e, por isso, não ser possível determinar qualquer crime acusatório individualmente. Com o final dos despachos, dada a sentença, os envolvidos foram absolvidos preliminarmente, sendo, entretanto, mantida a perda de direitos políticos de todos os militantes envolvidos nas pichações do “proscrito” Partido Comunista.

Por outro lado, as considerações sobre os fatos ocorridos envolvendo os operários do Armour, ou seja, o assassinato destes como comunistas, em 1950, considera-se ser possível

aferir uma relação direta entre a Chacina e a luta sindical. Considerar que a Chacina dos comunistas seja apenas circunscrita ao fato de os militantes comunistas santanenses se destacarem por suas pichações, meio utilizado para divulgar suas candidaturas, mesmo com a proibição de tal prática pelas autoridades locais, tendo em vista o caráter ilegal do PCB, não explica um massacre realizado pelo braço armado do Estado, já que aconteceu não só a esses trabalhadores, mas também a muitos outros durante o período de governo Dutra.

Neste particular, é possível considerar que se torna um agravante criminal o fato de o Ministério Público ter-se utilizado de uma peça do inquérito policial para denunciar o próprio militante comunista, Lúcio Soares Neto, como autor dos disparos que vitimaram seus próprios camaradas, tese esta que o júri não pode confirmar tamanha fora a troca de tiros ocorridos durante o enfrentamento.

As várias greves ocorridas nos frigoríficos alimentavam o ódio de empresas multinacionais. Estas não podiam admitir a atividade militante comunista, no contexto da chamada Guerra Fria. Além disso, os contratos não poderiam ser interrompidos junto ao governo norte-americano e nem o abastecimento de suas tropas que ocupavam a Coreia em 1950.

Os corpos dos comunistas mortos ficaram expostos na praça durante toda a madrugada, sendo enterrados pelos próprios policiais, impedindo, assim, que os familiares realizassem o velório e o enterro. Esse fato, inclusive, resultou na ação do juiz da Segunda Vara, decretando a prisão do delegado Miguel Zacarias, do inspetor Ario Castilhos e de outros policiais civis e praças da Brigada Militar.

Perante a Justiça, as vítimas tornaram-se réus. A Justiça Pública tentou acusar Lúcio Soares Neto de ter assassinado Aristides Correa Leite, seu companheiro de Partido, com quatro tiros. Lúcio teria disparado contra os policiais e atingido Aristides que, segundo os autos do processo, teria morrido nos braços do delegado Miguel Zacarias. O delegado Zacarias, segundo ele próprio, teria feito apelos para que Lúcio parasse de atirar, sendo que Lúcio teria continuado a atirar até matar o camarada de Partido. Outro acusado era Solon Pereira, candidato a vereador pelo PST.

Tem-se assim, dois conjuntos de réus, os policiais de um lado, e os comunistas sobreviventes de outro. Os familiares dos comunistas contrataram como advogados Eron Canabarro, Antonio Pinheiro Machado Neto, Eloar Guazelli e Júlio Teixeira.

Como solicitação do advogado Eron Canabarro, foi realizada a exumação dos cadáveres, sendo feita pelo médico Celso Paim, no próprio Cemitério Municipal, com a

presença do legista da Delegacia de Polícia, Maximiliano Ziefer, e do inspetor José Antonio Said. O resultado atestou que os quatro mortos receberam ferimentos de metralhadoras, armas usadas pela polícia.

A partir do material recolhido, na imprensa partidária, a respeito do ataque policial aos comunistas, no Parque Internacional, consta-se a indignação dos comunistas diante do acontecido. O fato é percebido como uma agressão brutal, pois os militantes estavam desarmados e não puderam reagir. Algumas notícias enfatizaram a covardia dos policiais – afirmando que todos os tiros foram disparados pelas costas. Outras notícias restringiram-se à arbitrariedade e à violência da ação policial.

O Estado brasileiro é caracterizado como “feudal e burguês” e a ação policial destinada, entre outras competências, a reprimir os trabalhadores. Os frigoríficos exportavam carne para as tropas norte-americanas que lutavam contra a Coréia do Norte (comunista) e este fato era visto como uma evidência do conluio dos norte-americanos com o governo brasileiro.

Trata-se, evidente, de linguagem panfletária, mas de uma contundência tremenda. O modo como os fatos são narrados configuram a imagem do domínio imperialista no Brasil e na América Latina e a completa submissão das autoridades e da classe dominante brasileira e latino-americana em geral. Uma cena que exemplifica a visão que o PCB desenvolve da realidade sócio-política brasileira e latino-americana (NEGRO; SILVA, 2003, p. 53).

A oposição do Estado brasileiro aos interesses dos trabalhadores – do “povo”, como é colocado pela imprensa partidária do PCB –, é delineada com toda a clareza, não havendo nenhuma possibilidade de negociação, nem com o Governo Federal, nem com o Governo Estadual. Os comunistas estão isolados, cerceados, e só lhes resta denunciar o “Estado fascista” que se esconde sob a capa da Democracia Liberal.

Nessa conjuntura, marcada pelo Governo Dutra e pela chamada Guerra Fria, os controles sociais e políticos e as formas de repressão sobre a classe trabalhadora são da maior crueldade. Os órgãos de controle estatal – Polícia Civil, Brigada Militar e o próprio Exército, agem com maior liberdade e, ao que tudo indica, com respaldo de uma maioria da chamada opinião pública.

Acrescido pelo grande prestígio que o Partido Comunista vinha alcançando junto às massas operárias e camponesas, a repressão que nunca cedeu às leis da República se voltou novamente contra os comunistas. Durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra, as medidas repressivas de cerceamento do espaço de atuação dos comunistas se intensificaram.

A chamada Guerra Fria, entre o campo socialista, representado pela emergente URSS e o campo capitalista, representado pelos EUA, colocava o mundo à beira de um conflito nuclear. No Brasil, o Partido que já tivera seus deputados cassados, junto com o senador Prestes, secretário geral do PCB, na época, sofrendo terrível repressão, sem representação parlamentar, sem diretórios funcionando, na semiclandestinidade da maioria dos seus quadros, encontrara o ambiente eleitoral que transcorria início dos anos de 1950.

Em artigo dirigido ao conjunto dos militantes do Partido, Prestes destacou a situação em que se encontrava o PCB, ao serem convocadas as eleições municipais. Após as grandes vitórias democráticas, que teriam sido as eleições de 02 de dezembro de 1945 e de 19 de janeiro de 1947, depois da promulgação da Constituição de 1946, em que avançava a democracia no Brasil e cresciam as forças do Partido, quando, às vésperas da promulgação das constituições estaduais, tomava novo vulto a contraofensiva da reação, preocupada em servir ao imperialismo, aos planos de Truman e barrar a marcha da democracia no Brasil.

Prestes, ao mesmo tempo, classificava que o governo de Dutra cedeu e capitulou ao pequeno grupo reacionário que o cercava, determinando a cassação do registro eleitoral do PCB, fazendo cessar a atividade do movimento sindical e o direito de reunião. Ao finalizar o artigo, Prestes pergunta: “Nessas condições, como devemos proceder se estamos privados do direito de registros para candidatos sob nossa legenda própria e, também, de fazer campanha eleitoral sob a bandeira de nosso Partido?” Prestes indica ao Partido que deve, assim mesmo, participar e garantir a vitória popular em cada município, pois assim sendo, será um golpe no arcabouço reacionário e retrógrado das oligarquias (PRESTES, 1947, *Princípios*, n. 2).

Serão destacadas aqui as implicações diretas que tiveram o “Manifesto de Agosto”, linha política oficial do PCB na época, e a Chacina dos Comunistas no Parque Internacional. Mesmo estando impedidos legalmente de participar da vida política, os comunistas acataram as decisões do Partido e, conseqüentemente, apresentaram-se como candidatos de Prestes, sobre outras siglas partidárias, mantendo suas práticas de propaganda anti-imperialista e antifascista, revelando-se como militantes comunistas, atenuantes que se mostraram decisivos para a Chacina. Além disso, havia sua participação, um ano antes, na greve de 1949, como operários da Swift Armour, situação que despertou aversão, não só das instituições do Estado (polícia, Exército e poderes constituídos), como da direção da empresa estrangeira Armour, além da imprensa.

Considerando o grau de disciplina partidária dos militantes comunistas, quando o Partido se mantinha sob um forte centralismo em sua estrutura, até como meio de

sobrevivência, o “Manifesto de Agosto” foi a linha política e, então, sua aplicação resultava em ato de fidelidade, além de respeito ao centralismo democrático.

A militância era semiclandestina, pois, no caso de Santana do Livramento, esses militantes, muitos operários da Armour, como em toda a cidade de porte médio, eram muito conhecidos. Os fatos ocorridos demonstram que, para o governo Dutra, o PCB era uma ameaça, tratada como caso de polícia, demonstrando a incapacidade da democracia liberal brasileira em lidar com o protesto anticapitalista do movimento operário e comunista, da mesma forma, não havendo nenhuma tentativa de conciliação com o movimento operário em geral.

Neste período histórico, da aplicação do “Manifesto de Agosto”, entre as concepções mais gerais do PCB, os comunistas não mais acreditavam que as grandes massas organizadas e preparadas podiam criar as condições necessárias e objetivas para a revolução, passando, assim, a ter uma visão de assalto ao poder.

Em especial, em Livramento, a presença comunista no Parlamento sempre fora constante, com vereadores como Mário Santana, Lúcio Soares Neto e Solón Pereira, situação que não mais poderia ser utilizada, a via institucional, devido à cassação do Partido Comunista. Considerar que a Chacina dos Comunistas tenha apenas ficado circunscrita ao fato de os militantes santanenses se destacarem por suas pichações, meios usados para divulgar sua candidatura, devido à proibição das autoridades locais, é ver apenas a “ponta do iceberg” que, em sua calota gigante, esconde os reais interesses do capitalismo, ou seja, através do imperialismo monopolista, instalar-se no Brasil.

Muito embora a visão da linha política traçada pelos comunistas (“Manifesto de Agosto”) tenha debilitado a inserção dos comunistas, causado seu isolamento das grandes massas, e o resultado eleitoral obtido tenha sido modesto, se comparados com os obtidos em 1945 e 1947, o Partido elegeria um deputado federal pelo Distrito Federal, o sindicalista Roberto Morena, um deputado estadual em Pernambuco, Paulo Cavalcante – o primeiro pelo PRT e o segundo pelo PSD. A maior votação, entretanto, seria a eleição de quatro vereadores no Rio de Janeiro e quatro em São Paulo, que foram cassados e, portanto, não assumiram. (PRESTES, 1947 p. 6-8).

Prestes apontou aos brasileiros o caminho da libertação (“Manifesto de Agosto”, *Problemas*, n. 29. Rio de Janeiro, agosto de 1950). Em nome do CC, referiu-se a: “Ampliar a organização e a unidade da classe operária”, na Resolução do Comitê Nacional do Partido

Comunista do Brasil, sobre organização e unidade da classe operária adotada na reunião de julho de 1952.

Nesta passagem, é possível observar que o chamamento de Prestes para manter-se a unidade dos comunistas foi a forma encontrada, visando reabilitar o Partido frente aos duros ataques a que fora submetido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da dissertação, um dos objetivos foi o de relacionar o movimento operário e o movimento sindical de Santana do Livramento, especificamente aquele vinculado aos frigoríficos das empresas multinacionais, Wilson e Armour, com as manifestações políticas ocorridas durante o Estado Novo e o Governo Dutra. Dessas manifestações, destacaram-se as do Partido Comunista do Brasil (PCB), suas ações e posturas políticas, tanto no campo partidário como na luta sindical, as quais foram assumidas pelos militantes comunistas chacinados em Santana do Livramento, no ano de 1950.

Objetivou-se traçar uma vinculação histórica entre o movimento operário nacional e as ações dos operários na fronteira do Rio Grande do Sul, desde os anos de 1920, procurando-se analisar o modo como se desenrolava esse embate com a classe patronal, bem como o papel do Estado na repressão dos trabalhadores. Ressalta-se, no entanto, que, logo que se deu a instalação dos frigoríficos Swift e Armour, o movimento operário estava sob a orientação dos anarquistas.

Até há pouco tempo, esses embates do movimento operário – tanto de anarquistas quanto de comunistas – em Santana do Livramento permaneciam desconhecidos. No entanto, homens e mulheres trabalhadores, desprezando limites territoriais, vivenciaram valores políticos sob a bandeira do internacionalismo e organizaram greves tanto econômicas como políticas. Entre as figuras pioneiras, destacou-se a de Santos Soares, organizador de sindicatos, de greves e jornadas de lutas pelos direitos dos trabalhadores de Livramento, sendo um dos fundadores da Segunda Liga Comunista no Brasil, logo após a fundação do PCB, em 1922.

Os trabalhadores da fronteira do Rio Grande do Sul mantiveram laços culturais e políticos para além de suas origens nacionais (especialmente com os trabalhadores do Uruguai e Argentina) e, inspirados pelo ideário socialista e anticapitalista, reivindicaram um novo tipo de sociedade. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da fronteira do Rio Grande do Sul articularam-se com as lutas dos trabalhadores do restante do país, visando a concretização de direitos políticos e sociais que lhes eram negados pela República brasileira.

Em Livramento, essas lutas operárias desde cedo foram marcadas pela oposição às empresas multinacionais e cedo indicaram um acentuado caráter anticapitalista. Desde a instalação da Swift Armour, a grande multinacional de alimentos, a exploração dos operários

foi contestada pelo movimento sindical, contando, a partir dos anos 1920, com um forte e combativo Partido Comunista, que, inclusive, cedo contou com representação parlamentar.

Ao longo dessa dissertação, procurou-se enfatizar a relação direta entre os comunistas de Livramento e a linha política do PCB, destacando as rupturas existentes entre o discurso e a prática do Partido nos anos de 1945 e 1946, e a adoção do “Manifesto de Agosto” de 1950.

Contudo, é necessário salientar que debaixo dessas diferenças de ordem tática, sempre houve uma permanência de ordem estratégica. A realização das tarefas da revolução democrático-burguesa no país, nomeadamente a reforma agrária, a remoção dos entraves ao desenvolvimento econômico e a luta pela conquista de um regime de efetivas liberdades democráticas continuaram no horizonte das ações revolucionárias.

Para concretizar estas tarefas, previu-se sempre o recurso da tomada do poder do Estado sob o comando das forças revolucionárias. A composição dessas forças podia sofrer alterações, mas guardava como referencial importante o recurso à aliança de classes, incluindo o operariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, ou ampliar-se até agregar setores da burguesia nacional que se contraponham ao imperialismo e ao latifúndio.

Se o PCB, desde o início de sua formação, sofreu forte influência das ideias e posturas nacionalistas, estas se fortaleceram nos anos de 1940 a 1950, quando o nacionalismo se tornara um verdadeiro divisor de águas, influenciando diretamente na adesão do PCB às teses nacionalistas com corte de esquerda (SODRÉ, 2006, p. 93).

O Partido Comunista, tanto em seu período de clandestinidade, pós-Insurreição Nacional Libertadora de 1935, quanto em sua reorganização como partido de caráter nacional, no início dos anos 1940, através da Conferência da Mantiqueira, refletiu os significados que se apresentaram no período pós-Segunda Guerra, quando passou a gozar de grande prestígio junto às massas trabalhadoras. Esses significados se apresentaram motivados pelo entusiasmo desmedido causado por todas as possibilidades legais de atuação permitidas pela abertura política criada com o fim do Estado Novo, em 1945.

Nas memórias de Elóy Martins e Dionélio Machado, históricos militantes do PCB do Rio Grande do Sul, encontram-se considerações muito particulares em relação à política de união nacional, no período de 1945 a 1947, e das mobilizações dos comunistas em torno das eleições e das visitas de Prestes ao Estado.

Ambos coincidem na afirmação de que os comunistas, a partir de 1945, desfrutaram de imenso otimismo e euforia no retorno à legalidade, depois de 23 anos de atuação clandestina, atribuindo significados positivos ao período democrático. A democracia, no entanto, se

afastou do horizonte dos comunistas, em 1947, quando foram proibidas as atividades do Partido e suas sedes foram fechadas. Em 1948, apesar da resistência dos seus parlamentares, ocorreu a cassação dos mandatos comunistas. Como resposta, intensificou-se a participação dos comunistas em greves e, com o “Manifesto de Agosto” de 1950, o Partido explicitou a defesa da luta armada e dos levantes populares. Ao mesmo tempo, Partido passou a defender o lançamento de candidatos às eleições por outras legendas, como o Partido Republicano (PR) e o Partido Social Trabalhista (PST). Prestes incentivou os militantes a participarem das eleições, “garantindo a vitória popular em cada município”, e os comunistas de Livramento acataram a determinação.

Essa radicalização do Partido, intensificando a participação em greves, mais a sua tática de conquista de posição no Parlamento por outras legendas, explicam o caráter repressivo que o Governo Dutra assumiu. Após colocar o Partido Comunista na ilegalidade, o governo não tolerou as ações clandestinas dos militantes comunistas

Foi nessas condições que o Partido, através da liderança de Luís Carlos Prestes, engajou-se em greves – como as dos frigoríficos de Livramento, em 1949 – e lançou-se na campanha eleitoral de 1950. O Governo Dutra, por sua vez, alinhado com a Doutrina Truman, incentivou e estimulou a repressão aos comunistas.

A partir desse quadro político, pode-se colocar a pergunta:

– Foram os militantes comunistas de Livramento assassinados no Parque Internacional devido à sua posição de classe antagônica à burguesia e ao capitalismo?

Em 1950, a ordem das empresas norte-americanas no Rio Grande do Sul era de não suportar quaisquer manifestações contestatórias em suas empresas alimentícias, pois tinham contrato com o governo dos Estados Unidos para abastecer as tropas de ocupação na Coréia.

As mortes, então, tiveram clara conotação política. Foram cometidos pelo braço armado do Estado burguês e seus agentes foram posteriormente julgados por um poder judiciário que os absolveu. Essas ações dos agentes policiais e da Justiça nos remetem ao que Marx e Engels escreveram: todas as “instituições comuns”, sendo mediadas pelo Estado, recebem uma “forma política” que significa que a política com tudo que implica se expressa de maneira patente no capitalismo (MARX, 1985, p. 129-130).

Ao mesmo tempo em que a política não é senão a imagem invertida das relações alienadas e reificadas da sociedade civil burguesa, a forma como as “instituições comuns” se equacionam é política. Nesse sentido, viu-se o papel das noções de contrato e de vontade nas

relações que se apresentam imediatamente na sociedade capitalista, pois como afirmam Marx e Engels:

Sendo o Estado [...] a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil [burguesa] de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada de sua base concreta. Da mesma maneira, o direito, por sua vez, se reduz à lei (2002, p. 74).

Assim, a ação do juiz da Segunda Vara, que decretou a prisão do delegado Miguel Zacarias e do inspetor Ario Castilhos, entre outros policiais civis e praças da Brigada Militar, assim como dos comunistas sobreviventes, resultou numa ilusão – a da aplicação da justiça – e numa farsa – o encobrimento de uma ação do poder do Estado burguês.

Na Parque Internacional, entre Livramento e Rivera, porém, ficaram os mortos que as famílias não puderam enterrar:

- ARY KULLMAN, militante comunista desde 1934, membro da ANL de Livramento e participante da Frente Democrática que lutou contra o Estado Novo;

- ABDIAS DA ROCHA, trabalhador de origem camponesa, operário do Frigorífico Armour desde 1917 e membro do PCB desde 1934;

- ALADIN ROSSALES, espanhol, líder dos trabalhadores do Frigorífico Armour, dirigente da greve de 1949, membro do PCB desde 1945 e, ao ser assinado, candidato a deputado federal pela Frente Democrática de Libertação Nacional;

- ARISTIDES CORREA LEITE, operário da Armour, dono de uma livraria, membro do PCB e representante da *Voz Operária*.

A imprensa conservadora gaúcha jogou a culpa da chacina nos comunistas, divulgando que esses armaram uma emboscada aos policiais. Os Autos do Processo não esclareceram o episódio, concluíram que houve um tiroteio generalizado e, por essa razão, o juiz absolveu os participantes, declarando não haver possibilidade de identificação dos responsáveis pelo conflito.

Neri Savi, com vinte anos na época, trabalhando na distribuição de panfletos e pichação de muros para o candidato a deputado federal Fábio Barreto, assistiu ao confronto e declarou: “O Parque Internacional virou uma verdadeira praça de guerra”. Segundo ele, dois dos feridos se esconderam na casa da Rua Sarandi, quase esquina com a rua Brasil, e a polícia uruguaia foi até lá e os prendeu. (ASSEF, 2009, p. 97.)

Caetano, soldado em 1950 (hoje na reserva, com soldo de sargento), garante que quem começou o tiroteio foram os pichadores. Ferido na perna direita, Caetano mostra até hoje a cicatriz com uma ponta de orgulho. Sua participação no episódio lhe rendeu uma promoção para cabo, por ato de bravura. Segundo sua versão, foi ele, sozinho, quem iniciou o enfrentamento ao grupo comunista, pois “somente após o tiroteio formado é que chegou o inspetor Alcides, com uma faquinha de vinte centímetros e, depois, o delegado e seus auxiliares” (ASSEF, 2009, p.102).

Sem disfarçar sua simpatia aos comunistas, o pecuarista Perseverando Santana os vê como heróis. No momento da chacina, Perseverando jantava no Restaurante Dona Maria (pertencente a Ary Kulmann). O restaurante se localizava na Avenida 33 Orientales, bem na linha divisória, no lado uruguaio. Ao escutar os tiros, Perseverando correu ao local e assistiu às cenas finais do acontecimento. Auxiliou um dos feridos, Santos Rodrigues, a atravessar a fronteira. Levou-o até a polícia de Rivera e os policiais o carregaram a um hospital uruguaio.

João Arthur Traverso tinha nove anos na época. Naquela noite, caminhava com o pai pela cidade de Livramento, os dois escutaram o tiroteio e desviaram do local. “No outro dia, passando em frente da livraria de Aristides [Correa Leite, um dos comunistas mortos], observei que havia um tumulto. A polícia atirava caixas de livros na rua e dizia: ‘Podem pegar que são coisas de comunistas’. Peguei uns livros infantis e fui embora”, ele conta.

A conclusão a que se chega é de que houve uma relação direta entre a luta sindical (greve no frigorífico), a luta partidária clandestina e a chacina. As pichações em muros e tapumes, proibidas pela Polícia, não determinaram o embate. Em maio do mesmo ano, foram mortos outros quatro comunistas, na cidade de Rio Grande, quando participavam de manifestação em homenagem ao 1º de Maio.

A Chacina no Parque Internacional, entre as cidades de Livramento e Rivera, foi incontestavelmente um massacre. Alguns de seus personagens, vivos após longos anos de semiclandestinidade, surgem como testemunhas insofismáveis da repressão policial aos militantes comunistas. A democracia liberal revelou-se incapaz de lidar com o protesto anticapitalista de forma democrática. Esse acontecimento ainda não tem um veredito

conclusivo e permanece como um enigma na história nos mundos do trabalho do Rio Grande do Sul. Seja como for, é um registro de que haviam lutas organizadas por trabalhadores conscientes, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, e esses homens não deixavam passar em branco a dominação patronal. Eram militantes engajados num partido nacional, o Partido Comunista do Brasil (PCB), e obedeciam as suas diretrizes. O que pretendemos com essa dissertação foi inserir o episódio nos estudos acadêmicos e contribuir para uma reavaliação dos fatos, procurando o avanço do conhecimento a respeito das lutas operárias na fronteira, mais especificamente em Santana do Livramento.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas

ASSEF, Marlon, *Retratos do exílio: solidariedade e resistência na fronteira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. De 1930 a 1960. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CAGGIANI, Ivo. *Santana do Livramento*. 2 ed. Porto Alegre: EDIGRAF, 1980.

CAGGIANI, Ivo. *Santana do Livramento: 150 anos de História*. Vol. 2. Santana do Livramento: Associação Santanense Pró-Ensino Superior, 1984.

CARONE, Edgar. *O PCB de 1943 a 1954*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

CHILCOTE, Ronald. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.

ELMIR, Claudio. As armadilhas do Jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para pesquisa histórica. *Cadernos de Estudos*, PPG-História, UFRGS, 1995.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 2000.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FERREIRA, Jorge. Queremismo, trabalhismo e cultura política. *Varia História*, BH, nº 28, dezembro 2008. Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/varia/admin/pdfs/28p69.pdf>.

FIORI, José Luis. *Sistema Mundial: Império e pauperização*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FURTADO, Celso. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, Octavio. As estratégias de desenvolvimento. In: TOLEDO, C.N. (Org.). Campinas: UNICAMP, 1997.

JANOTTI, Maria de Lourdes. *Primeira Grande Guerra: o confronto do imperialismo*. São Paulo: Atual, 1992.

JOE, Jimi. Uma breve história da imprensa gaúcha. Disponível em: www.sinpro-rs.org.br/extraclasse/ago04/movimento.asp Acesso em 4 abr. 2013.

KONRAD, Diorge Alceno. *O fantasma do medo: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)*. Tese (Doutorado em História Social do Trabalho) – UNICAMP, Campinas, 2004.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, 2003.

LÊNIN, Wladimir. *Imperialismo, etapa superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques. *História e memória. Campinas: UNICAMP, 2003.*

LUKACS, George. *História e consciência de classe. São Paulo: Martins Fontes, 2003.*

LUXEMBURGO, Rosa. *A crise mundial do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.*

MACHADO, Dionélio. *Memórias de um pobre homem. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.*

MANFRED, A. Z. (Org). *História Universal. Tomo primeiro. Moscou: Progresso, 1977.*

MARÇAL, João Batista. *Os comunistas gaúchos. Porto Alegre: Tchê!, 1986.*

MARÇAL, João Batista. *A imprensa Operária no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Tchê! 2004.*

MARIGHELLA, Carlos. Apresentação. *Problemas*, nº 1, agosto de 1947.

MARIGHELLA, Carlos. Mais audácia na luta por paz, pão, terra e liberdade. *Problemas*, nº 24, 1950.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do ciclo do charque. Porto Alegre: EDIGAL, 1987.*

MARTINS, Elóy. *Um depoimento político. Porto Alegre: Palloti, 1989.*

MARTINS, Marisângela. *De volta ao presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações a cerca da democracia (1945-1947). Dissertação – UFRGS, Porto Alegre, 2007.*

MARX, Karl. *Contribuição á critica da economia politica. Lisboa: Estampa, 1985.*

NEGRO Antônio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PEDROSA, Mario. *A crise mundial do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Porto Alegre: Globo, 1962.

PESAVENTO, Sandra Jataí. *República Velha Gaúcha: charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

PETERSEN, Sílvia. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In. DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.) *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRESTES, Luiz Carlos. *Princípios*, nº. 54, 1947.

PRESTES, Luiz Carlos. Manifesto de Agosto. *Problemas*, nº. 29. Rio de Janeiro, agosto de 1950.

PRESTES, Luiz Carlos. *Problemas*, nº. 54, 1950.

PRESTES, Luiz Carlos. “Manifesto de Agosto”. *Problemas*, nº. 29. Rio de Janeiro, agosto de 1950.

SAN SEGUNDO, Mário Augusto Correia. *Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)*. Dissertação de Mestrado – UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SINGER, Paul. *O contexto do capitalismo Internacional*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A formação histórica do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operaria inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VISENTINI, Willian José. *A capital geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto (1922-1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

Bibliografia Consultada

AKCELRUD, Isaac. *Santos Soares: biografia (1914-1994)*. Porto Alegre: Palmarinca, s/ data.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BUONICORE, Augusto. A chacina de Santana de Livramento. Fundação Maurício Graboys, 21 de setembro de 2010. Disponível em: www.graboys.org.br/portal/cdm/noticia.php?id_sessao=30&id_noticia=3846. Acessado em 02 dez. 2013.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é imperialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHIPOLLINO, Liane. *Memórias boêmias: histórias de uma cidade de fronteira (1930-1960)*. Florianópolis: EDUNISC, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FURTADO, Celso. *Brasil: A construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. *A formação econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Nacional, 1998.

IANNI, Otavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

LÊNIN, Wladimir. *La revolucion proletaria y el renegado Kautsky*. Moscou: Progreso, 1989.

LONER, Beatriz. O canto da sereia: os operários gaúchos e a oposição na República Velha. *História – UNISINOS*, São Leopoldo, v. 6, n. 6, 2002.

MALINA, Salomão. Problemas histórico-políticos do PCB. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, 1981.

MARÇAL, João Batista; MELLO, Gustavo de. Memória e verdade: dois episódios da fronteira do RS. A greve de Rosário. O massacre de Livramento. *Debates*, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RGS, nº. 15, maio 2010.

MARINI, Rui Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México: Siglo XXI, 1969.

PETERSEN, Sílvia. *Que a união operária seja a nossa pátria!:* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Santa Maria: UFSM, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Histórica econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Cadernos políticos e sociais*. Petrópolis: Vozes, 1947.

PRESTES, Anita Leocádia. *Os comunistas brasileiros*. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Luiz Carlos. Forjar a mais ampla Frente Nacional, em defesa da Paz, da liberdade e contra o imperialismo. *Problemas*, nº. 19, um-jul. 1949, p. 77-78.

PRESTES, Luiz Carlos. Os comunistas e a Constituinte. *Libertação*, 28 de novembro 1945.

REIS, Dinarco. *O PCB*. Rio de Janeiro: Instituto Astrogildo Pereira. RJ, 1980.

RIPOLL, Lila. *Poemas - Chacina em Livramento*. Porto Alegre: Tchê!, 1977.

VINHAS, Moysés. *O Partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.

VITAL JR., Raul Rebelo. O Partido Comunista e a *Revista Horizonte*: a negação da produção na tradição. *Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras* – n. 41, jan./jun. 2007.

Outras Fontes

Problemas, nº. 1 a nº. 17 – 1947 a 1949.

O Tempo, Rio Grande / RS – 1950.

Folha da Tarde, Porto Alegre – 1950.

A Cidade, Livramento - 1952.

O Republicano – dezembro de 1952.

Novos Rumos, São Paulo – dezembro de 1986.

Revista da Associação Rural, Santana do Livramento – 1990.

Zero Hora, Porto Alegre – 24 de setembro de 2000.

ARQUIVO JUDICIAL. Autos do processo-crime, sob nº 5.983. (Acusação do MP contra réus, militantes comunistas e força policial). Folhas 1.022, representação da viúva de Aladim Rossales, Izolina Rossales, em sua representação, Eron Canabarro, solicita modificação do corpo de jurados, dando entrada nos Autos do Processo-crime, 1953, folhas 128-134, 1º Cartório do Crime – Livramento.

JOÃO ARTHUR TRAVERSO – depoimento ao Autor (coletado em 2013).

Galeria de Fotos



Eustáquio Apoitia

Por vários anos presidente da Sociedade Espanhola, junto a sua esposa Virgínia, sobrevivente da Chacina.



Antônio Apoitia

Pai de Eustáquio, trabalhador dos salários, anarquista, chegou em Livramento via Montevideo.



Santos Soares Espanhol
líder da 2ª liga comunista no Brasil, grevista de 1919.



Jorge Ferrão e Esposa (Nilza)

Presenciaram a chacina, (Nilza morava na esquina do Parque Internacional) em depoimento, demonstrou indignação com os fatos.

Jorge em depoimento destacou que conhecia muito bem Abdias da Rocha (que o mesmo era da direção sindical e participava ativamente das greves).



Foto no cemitério de Santana do Livramento- 1953

Ao fundo túmulo dos Comunistas que morreram na Chacina.

Da esquerda: Pedro Peres- Militante PCB, Ary Saldanho- Sec. Político PCB, Santanense, João Athaide, PCB, Perseverando Santana, simpatizante do PCB, Luiz Carlos Prestes, Eustáquio Apoitia, Hidelbrando Silva, PCB.